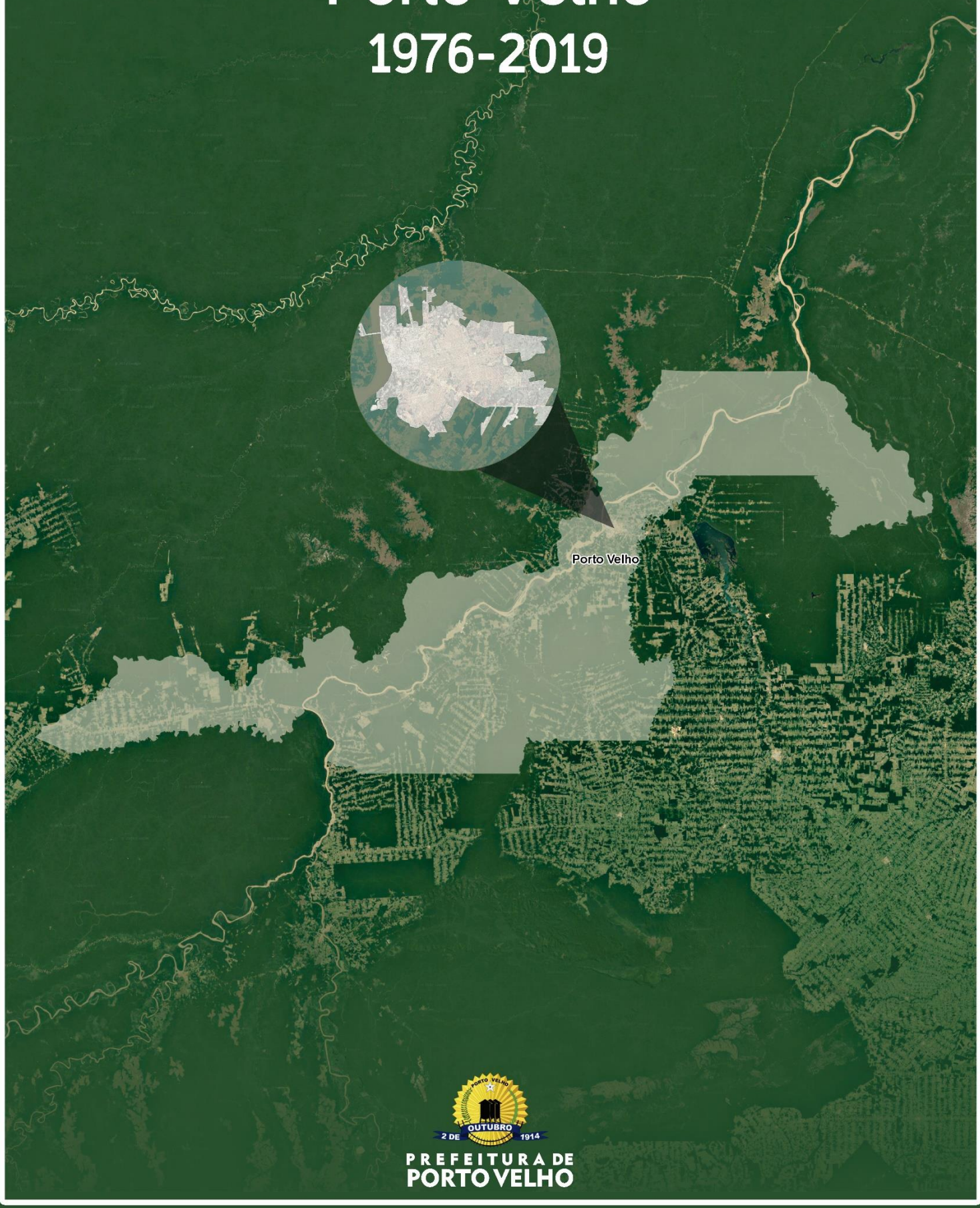
Evolução da Mancha Urbana Porto Velho 1976-2019



PREFEITURA DE PORTO VELHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO-SEMPOG

Evolução da Mancha Urbana

Porto Velho

1976-2019

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P853e Porto Velho. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Evolução da Mancha Urbana : Porto Velho 1976 - 2019 / Porto Velho. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão ; Rosália Maria Passos da Silva (Coord.) – Porto Velho, RO: SEMPOG, 2022.
75p.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-997970-0-2

1. Migração – Porto Velho. 2. Expansão urbana – Porto Velho. 3. Urbanização – Porto Velho. 4. Ocupação territorial – Porto Velho. I. Título.II. Silva, Rosália Maria Passos da.

CDD – 304.8

Bibliotecária Responsável Aline Vitaliano Leal CRB11 / 1115

HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito Municipal

MAURÍCIO FONSECA RIBEIRO CARVALHO DE MORAES
Vice-Prefeito

JONATHAN PACHECO
Secretário Geral de Governo

LUIZ DUARTE FREITAS JUNIOR
Procurador Geral do Município

PATRÍCIA DAMICO DO NASCIMENTO CRUZ
Controladora Geral do Município

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA
Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOÃO ALTAIR CAETANO DOS SANTOS
Secretário Municipal da Fazenda

ALEXEY DA CUNHA OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

GLÁUCIA LOPES NEGREIROS
Secretária Municipal de Educação

ELIANA PASINI
Secretária Municipal de Saúde

EDEMIR MONTEIRO BRASIL NETO
Secretário Municipal de Regularização Fundiária e Habitação

ROSINEIDE KEMPIM
Secretária Municipal de Resolução Estratégica de Convênios e Contratos

ALEXANDRO MIRANDA PINCER
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

GUSTAVO VOLPATO SERBINO
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento

CLAUDINALDO LEÃO DA ROCHA
Secretário Municipal de Assistência Social e da Família

DIEGO ANDRADE LAGE
Secretário Municipal de Obras e Pavimentação

WELLEN ANTÔNIO PRESTES
Secretário Municipal de Serviços Básicos

VICTOR DE OLIVEIRA SOUZA
Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte

IVONETE GOMES DA SILVA COSTA
Secretária Municipal de Esportes e Lazer

GLAYCE ANNES BARROS DE SOUZA BEZERRA
Secretária Municipal de Indústria, Comercio, Turismo e Trabalho

SAULO ROBERTO DO NASCIMENTO
Superintendente da Tecnologia da Informação e Pesquisa

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Superintendente Municipal de Licitação

VALÉRIA JOVÂNIA DA SILVA
Superintendente Municipal de Gastos Públicos

GUSTAVO BELTRAME
Presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano

IVAN FURTADO DE OLIVEIRA
Presidente do Instituto de Previdência e Assistência Social

GODOFREDO GONÇALVES NETO
Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho

MARCELO THOMÉ
Superintendente da Agência de Desenvolvimento de Porto Velho

CLEBERSON PAULO PACHECO
Superintendente de Integração e Desenvolvimento Distrital

BENEDITO DOMINGUES JÚNIOR
Superintendente de Comunicação

FICHA TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PREFEITO MUNICIPAL
Hildon de Lima Chaves

VICE-PREFEITO
Maurício Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes

ELABORAÇÃO
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEMPOG

SECRETÁRIO
Luiz Guilherme Erse da Silva

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO INSTITUCIONAL
José Cantídio Pinto

SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO
Raísa Tavares Thomaz

SUBSECRETÁRIA DE ORÇAMENTO
Letícia Agnes Gonçalves Barros

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA, ESTATÍSTICA E INDICADORES-DPEI
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA
Rosália Maria Passos da Silva

EQUIPE TÉCNICA
Luiz Cláudio Fernandes
Meire Darc Dantas de Figueiredo
Raísa Tavares Thomaz
Vitória Régia Mesquita

ELABORAÇÃO DA CAPA
Fabiana de Oliveira
José Júnior Silva Lopes

IMAGENS CAPA
Prefeitura Municipal de Porto Velho

CONTATO
Av. Joaquim Araújo Lima, n° 2625-Bairro Liberdade
CEP 76.803-888 – Porto Velho-RO
Telefone: (69) 3901-3127/3122
e-mail: fale.sempog@portovelho.ro.gov.br

SITES
www.portovelho.ro.gov.br
www.sempog.portovelho.ro.gov.br

MAIO-2022

Lista de tabelas **Pág.**

Tabela 1-Evolução da mancha urbana Porto Velho-1976/2019..... 11
Tabela 2-População do Território Federal de Rondônia e do Município de Porto Velho-1950/1970..... 15
Tabela 3-População total por zona de localização Porto Velho-1950/1976..... 16
Tabela 4-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho 1970/1979..... 22
Tabela 5-População do Território Federal de Rondônia e do Município de Porto Velho-1980/1989..... 26
Tabela 6-População total por zona de localização Porto Velho-1980/1989..... 27
Tabela 7-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho 1980/1989..... 28
Tabela 8-População do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho-1990/1999..... 36
Tabela 9-População total por zona de localização Porto Velho-1990/1999..... 37
Tabela 10-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho 1990/1999..... 38
Tabela 11-Receita da Prefeitura Porto Velho-1993/1999..... 44
Tabela 12-População do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho-2000/2009..... 48
Tabela 13-População total por zona de localização Porto Velho-2000/2009..... 49
Tabela 14-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho 2000/2009..... 50
Tabela 15-Receita da Prefeitura Porto Velho-2000/2009..... 54
Tabela 16-População do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho-2010/2019..... 57
Tabela 17-População total por zona de localização Porto Velho-2010/2019..... 58
Tabela 18-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho 2010/2019..... 59
Tabela 19-Receita da Prefeitura de Porto Velho-2010/2019..... 64

Lista de Figuras **Pág.**

Figura 1-Divisão política do Território Federal de Rondônia-1976..... 9
Figura 2-Bairros existentes em Porto Velho-1972..... 17
Figura 3-Classificação dos Centros..... 19
Figura 4-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1976..... 20
Figura 5-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1981..... 30
Figura 6-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1985..... 31
Figura 7-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1991..... 40
Figura 8-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1995..... 41
Figura 9-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-2000..... 52
Figura 10-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-2005..... 53
Figura 11-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-2010..... 61
Figura 12-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-2015..... 62
Figura 13-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-2019..... 63

Lista de Gráficos **Pág.**

Gráfico 1-Taxa de Crescimento (% a.a.) da População do Território Federal de Rondônia e do Munícipio de Porto Velho-1950/1970..... 16
Gráfico 2-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho-1970/1979..... 22
Gráfico 3-População do Território Federal e Estado de Rondônia e do Munícipio de Porto Velho-1980/1989..... 26
Gráfico 4-População total, urbana e rural Porto Velho-1980/1989..... 27
Gráfico 5-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho-1980/1989..... 29
Gráfico 6-População do Estado de Rondônia e do Munícipio de Porto Velho-1990/1999 36
Gráfico 7-População total, urbana e rural Porto Velho-1990/1999..... 37
Gráfico 8-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho-1990/1999..... 38
Gráfico 9-População do Estado de Rondônia e do Munícipio de Porto Velho-2000/2009..... 48
Gráfico 10-População total, urbana e rural Porto Velho-2000/2009 49
Gráfico 11-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho-2000/2009..... 50
Gráfico 12-População do Estado de Rondônia e do Munícipio de Porto Velho-2010/2019..... 57
Gráfico 13-População total, urbana e rural Porto Velho-2010/2019..... 58
Gráfico 14-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho-2010/2019..... 59

Lista de Quadros **Pág.**

Quadro 1-Fatos/Acontecimentos-1973/1979..... 21
Quadro 2-Prefeitos de Porto Velho-1969/1980..... 21
Quadro 3-Prefeitos de Porto Velho-1980/1992..... 28
Quadro 4-Fatos/Acontecimentos-1980/1989..... 32
Quadro 5-Prefeitos de Porto Velho-1989/2000..... 38
Quadro 6-Fatos/Acontecimentos-1990/1999..... 42
Quadro 7-Histórico das alterações da Moeda Nacional a partir de 1970..... 43
Quadro 8-Prefeitos de Porto Velho-2000/2012..... 50
Quadro 9-Fatos/Acontecimentos-2000/2009..... 54
Quadro 10- Prefeitos de Porto Velho-2009/Atual..... 59
Quadro 11-Fatos/Acontecimentos-2010/2019..... 64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8
O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO 10
A MANCHA URBANA 10
DÉCADA DE 1970 15
O Plano de Ação Imediata-PAI 15
DÉCADA DE 1980 25
O Plano Diretor de 1987 25
DÉCADA DE 1990 35
Plano Diretor de 1990 35
ANOS 2000 47
Plano Diretor 2008 47
ANOS 2010 57
OBRAS CONSULTADAS 65
ANEXO-LEIS 69
VISÃO GERAL DAS MANCHAS URBANAS DE PORTO VELHO-1976/2019 ..... ENCARTE

INTRODUÇÃO

Discutir o crescimento da mancha urbana de Porto Velho, não é razoável sem primeiro falar na ocupação do Estado de Rondônia, antes Território Federal de Rondônia, a qual deu-se em diferentes ciclos, podendo-se descrever da seguinte forma:

1º ciclo de ocupação está relacionado à exploração das "drogas do sertão", quando os portugueses tentavam afastar ingleses, holandeses e franceses da Região.

2º ciclo de ocupação foi o da borracha, quando havia interesse das potências mundiais pelo produto. Nesse ciclo a ocupação da Região tomou um caráter mais permanente para o surgimento de alguns núcleos habitacionais. A inauguração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1912, deu novo impulso à ocupação. No entanto, a queda da participação brasileira no mercado da borracha, propiciada pela ascensão da concorrência asiática que oferecia um produto de qualidade e de mais fácil extração, oriunda de seringais cultivados, levou novamente à estagnação da ocupação. Terminava assim o 1º ciclo da borracha. Na 2ª Guerra Mundial teve o início do 2º ciclo da borracha, com a assinatura do Tratado de Washington (1941), firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, devido à necessidade do produto para aquele País. Novamente é desencadeado um fluxo populacional e gerado um impulso econômico na Região. Nesse período foram criados alguns órgãos e territórios Federais, dentre os quais o Território Federal do Guaporé, depois chamado Território Federal de Rondônia. Esse ciclo permaneceu até meados dos anos 60.

3º ciclo de ocupação, ainda nas décadas de 1920 e 1930, com o interesse na exploração mineral, apareceu uma população semi-escravizada além de sitiantes e fazendeiros. Com a crise da borracha, houve a estagnação do povoamento/ocupação até o início dos anos 60. Para evitar o êxodo foram criadas a Colônia do Iata em Guajará-Mirim (1948), Colônia de Candeias (1948), Colônias Nipo Brasileira e 13 de setembro em 1954, e Colônia Paulo Leal em 1959. Tem-se ainda o surgimento espontâneo da Colônia Agrícola do Beiradão entre Porto Velho e Calama. No entanto, as colônias criadas não foram bem-sucedidas podendo ser apontados alguns fatores tais como tamanho reduzido de cada área (25 ha), solo pouco fértil, escassez de recursos para aquisição de sementes, sacaria etc., ressalvando que a Colônia Japonesa 13 de setembro resultou como mais próspera muito provavelmente porque os colonos receberam recurso do consulado japonês em Belém (CUNHA e MOSER, 2010).

4º ciclo de ocupação, na metade dos anos 50, surgiu o ciclo da cassiterita. A exploração era feita basicamente onde hoje é o Município de Ariquemes. Segundo estudiosos, esse ciclo não foi capaz de gerar crescimento ou expansão de ocupação.

5º ciclo de ocupação, o da migração intensa, teve início na década de 70, resultante de estratégia preconizada pelo Governo Federal, como forma de dirimir ou diminuir os conflitos pela posse de terras, principalmente nas regiões sul e sudeste brasileiro.

6º ciclo de ocupação, o da implantação de grandes obras da construção civil, capazes de modificar a característica da migração, que antes era rural-rural ou rural-urbana, sendo agora urbana-urbana.

Figura 1-Divisão política do Território Federal de Rondônia-1976

Fonte: Atlas Geoambiental de Rondônia. Secretaria de Desenvolvimento Ambiental-SEDAM. 2003.

No exposto acima é possível observar que a migração resultante de políticas do Governo Federal, em vários momentos, teve como consequência a ocupação rápida e desorganizada desse espaço amazônico. Em resumo, tem-se diferentes momentos históricos a partir da busca por “drogas do sertão”, o interesse pela borracha, a linha telegráfica do Mal. Cândido Rondon propiciando a abertura da hoje rodovia federal BR-364, a atração por minérios como cassiterita e ouro, a implantação de projetos de colonização, a execução de projetos de desenvolvimento como POLONOROESTE e PLANAFLORO e as grandes obras de construção civil, para citar apenas alguns.

Não se discute aqui se os ciclos colocados por diferentes estudiosos ocorreram de forma estanque ou simultâneas e ainda, se cada ciclo teve maior ou menor participação na expansão urbana ou na

configuração da ocupação populacional do Município. O objetivo também não é discutir minuciosamente cada ciclo. O que se tem aqui é a preocupação com a memória, pedindo desculpas aos historiadores, valorizando alguns acontecimentos julgados importantes para o foco do estudo.

O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

A partir da necessidade de percorrer uma linha temporal, esse trabalho iniciará nos anos 70 e se estenderá até o ano de 2019, tendo como variáveis norteadoras os planos diretores elaborados e/ou vigentes nesse período.

Alguns autores como Nascimento, Santos e Silva (2012), Fonseca (2017) e, Silva e Cavalcante (2019), estudaram a expansão urbana de Porto Velho e parece haver concordância de que as diferentes políticas implantadas pelo Governo Federal, impactaram de forma decisiva e contribuíram para esse fenômeno de crescimento acelerado da mancha urbana.

Para que se inicie os estudos nos anos 70, é imprescindível que se coloque algumas observações sobre o início de Porto Velho, especificamente com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Para tanto, lançou-se mão de planos diretores, iniciando com o Plano de Ação Imediata, não sem antes discorrer sobre a mancha urbana, objeto desse trabalho.

Vale ressaltar que o Município de Porto Velho aparece na Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007 que estabelece as regiões de planejamento e gestão para o Estado de Rondônia e dá outras providências, como Região I. A citada região é formada pelos municípios de Porto Velho; Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste. Segundo o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia 2015-2030 (2015), as regiões são resultantes de estudos que encontraram identidades e características comuns entre municípios, propiciando que fossem escritas as regiões que possibilitariam a implantação de políticas públicas.

A MANCHA URBANA

A mancha urbana de Porto Velho tem aumentado significativamente a partir das décadas de 1970 e 1980, resultante do crescimento populacional como consequência da migração, conforme pode ser observado na Tabela 3.

Observe-se que a fim de conhecer o crescimento da mancha urbana, tem-se a área de ocupação urbana, em km², para cada ano analisado. Após, fez-se a diferença entre a mancha urbana existente e da nova área do subsequente ano em estudo, o que permitiu conhecer o espaço acrescido. Em seguida, fez-se o cálculo da variação, visando identificar o aumento em percentual. A tabela 1 contém esses cálculos, permitindo entender o crescimento tanto da mancha urbana quanto da população.

Tabela 1-Evolução da mancha urbana
Porto Velho-1976/2019

Ano	Área (km²)	População	Crescimento da Mancha (km²)	Crescimento da População (Em valores absolutos)	Δ % Crescimento da mancha urbana	Δ % do Crescimento da População
1976	18,52	107.623	-	-	-	-
1981	27,23	145.779	8,71	38.156	47,00	35,45
1985	44,11	203.667	16,88	57.888	61,99	39,71
1991	73,14	287.534	29,03	83.867	65,82	41,18
1995	93,19	318.859	20,05	31.325	27,41	10,89
2000	99,81	334.661	6,62	15.802	7,10	4,96
2005	101,9	373.917	2,09	39.256	2,09	11,73
2010	112,11	428.527	10,21	54.610	10,02	14,60
2015	124,82	502.748	12,71	74.221	11,34	17,32
2019	133,96	529.544	9,14	26.796	7,32	5,33

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

No período em estudo, 1976 a 2019, foi observado crescimento de aproximadamente 623%, sendo mais significativo nos anos de 1981, 1985 e 1991.

Nesse período, de 1970 a 1980, o Ex-Território Federal de Rondônia aparecia no cenário nacional como a mais nova fronteira agrícola. A corrente migratória, em busca de terras e novas oportunidades de vida, transformou os espaços já ocupados e induziu o crescimento de outros.

Assim, a expansão urbana de Porto Velho parece ser consequência da dinâmica/crescimento populacional, ausência de políticas públicas voltadas para habitação e especulação imobiliária.

A fim de melhor entender o crescimento da mancha urbana tem-se de forma sucinta o Plano de Ação Imediata-PAI como instrumento de planejamento elaborado na década de 1970.

DÉCADA DE 70

DÉCADA DE 1970

Como já colocado anteriormente, Porto Velho passou por transformações resultantes de diferentes momentos econômicos ou de ocupação, pelos quais o antes Território Federal experimentava. A partir do início da década de 1970, e em meados dessa tem-se um significativo êxodo populacional em direção à Rondônia resultante de uma política para a Amazônia, preconizada pelo Governo Federal. De modo a fazer frente a nova realidade é que surgiu o Plano de Ação Imediata-PAI, colocado a seguir.

O Plano de Ação Imediata-PAI

O Plano de Ação Imediata-PAI, concebido em 1972, visando a elaboração de **"um plano diretor final",** coloca o Município com três funções: transporte, serviços governamentais e extração de matéria-prima. Segundo os autores, essas funções resultam da importância estratégica de Porto Velho quando relacionada a transportes e comunicação.

Como atividades econômicas são citadas: produção e processamento de madeira, extração da borracha e de castanha dentre outros produtos tradicionais, além de agropecuária, pesca e turismo, embora seja colocado que este último seja de **"desenvolvimento limitado, porém possível".**

Com relação à população, no PAI tem-se que há significativo aumento referindo-se à migração como indutor desse crescimento. A Tabela 2 mostra o crescimento no período 1950 a 1970.

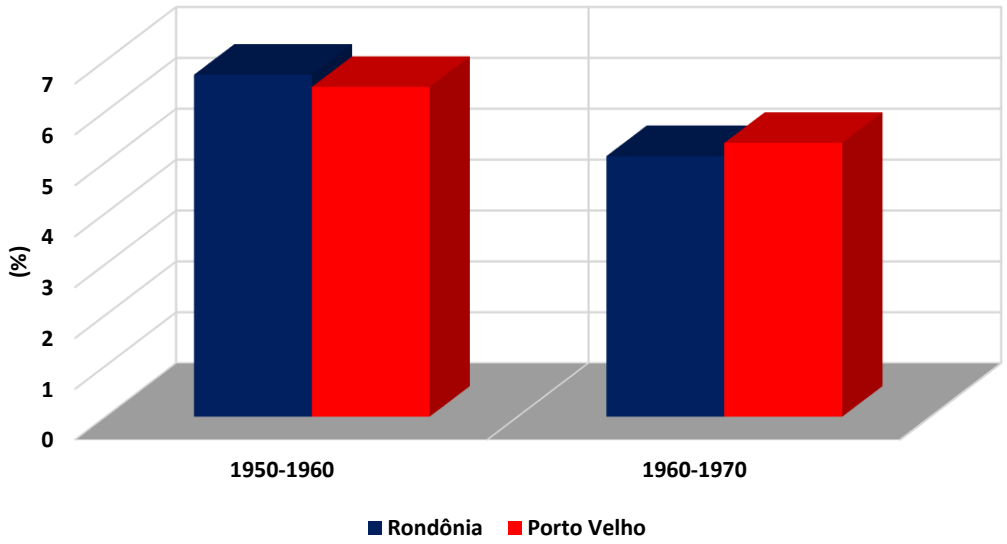
Vale observar que a taxa de crescimento, ao ano, da população do Município na década de 1960, foi superior à do Território Federal. O Gráfico 1 ilustra essa observação.

Tabela 2-População do Território Federal de Rondônia e do município de Porto Velho 1950/1976

Ano	Discriminação		Taxa de crescimento (% a.a.)	
	Território Federal de Rondônia	Município de Porto Velho	Rondônia	Porto Velho
1950	36.935	27.244	-	-
1960	70.783	51.049	6,72	6,48
1970	116.620	86.246	5,12	5,38

Fonte: Plano de Ação Imediata-PAI
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

Gráfico 1-Taxa de Crescimento (% a.a) da População do Território Federal de Rondônia e do Município de Porto Velho-1950/1970



Fonte: Plano de Ação Imediata-PAI
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

Na Tabela 3 é possível observar aumento progressivo da taxa de urbanização. Segundo o PAI, na década de 1960, anos do garimpo de cassiterita, uma quantidade significativa de pessoas atraídas pelo "enriquecimento fácil" e não conseguindo, não retornaram à Unidade da Federação de origem, fixando-se na zona urbana da cidade o que pode ter propiciado o aumento da taxa.

Tabela 3-População total por zona de localização Porto Velho-1950/1976

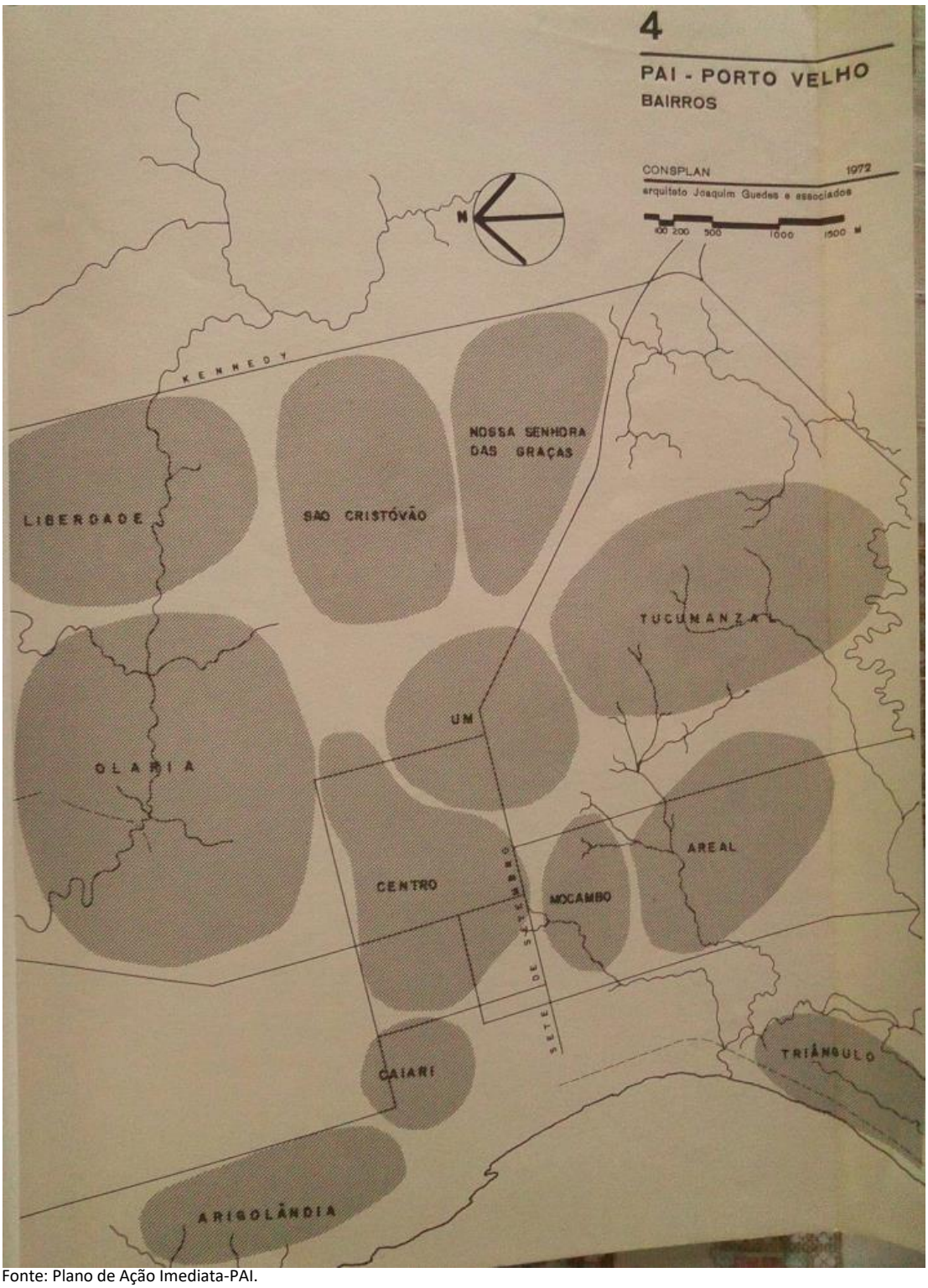
Ano	Zona de localização		Total	Taxa de urbanização (%)
	Urbana	Rural		
1950	10.972	16.272	27.244	40,27
1960	22.367	28.682	51.049	43,81
1970	49.301	36.946	86.247	57,16
1976	84.048	23.575	107.623	78,09

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

Uma informação importante também contida no PAI é que naquela época (1972) existiam os seguintes bairros: Liberdade, São Cristóvão, Nossa Senhora das Graças, Olaria, Tucumanzal, Km-1, Centro, Mocambo, Areal, Caiari, Triângulo e Arigolândia.

A seguir tem-se a figura 2 na qual é possível observar os bairros existentes no ano de 1972.

Figura 2-Bairros existentes em Porto Velho-1972



Fonte: Plano de Ação Imediata-PAI.

Segundo o citado Plano, o cruzamento da BR-364 com a BR-319 e a Avenida Lauro Sodré, se caracterizavam como **"polo de crescimento para a expansão urbana de Porto Velho".** E ainda, a rodovia federal BR-319 se estendendo ao norte, como via de acesso à Manaus, no Estado do Amazonas, potencializava o importante papel de Porto Velho no sistema viário nacional, que se encontrava em expansão no País.

Vale ressaltar ainda, que havia alternativas/previsões (PAI, 1972) de expansão para a zona urbana de Porto Velho, conforme colocado a seguir:

Alternativa 1: crescimento espontâneo com o mínimo de controle.
Aqui ocorreria a ação conhecida como "invasão". Durante algum tempo aconteceu de fato fazendo o poder público apenas assumir e dar o mínimo de ordenamento, e de certa forma legalizar a ocupação já existente.

Alternativa 2: crescimento ao norte.
Embora nessa área já existisse o Aeroporto e fosse cortada por vários igarapés, caracterizados como barreiras institucional e natural, haveriam vários espaços passíveis de ocupação, o que o aconteceu de fato.

Alternativa 3: crescimento ao sul.
A área do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, e vários igarapés, funcionariam como barreiras, institucional e natural respectivamente, para a expansão para o sul.

Alternativa 4: crescimento para o leste.
Segundo o PAI, em 1972 essa área já estava em expansão facilitada principalmente pelo relevo.

Alternativa 5: crescimento de novos núcleos urbanos na margem esquerda do rio Madeira (crescimento a oeste).
Essa área é apontada como de provável expansão a partir da construção de uma ponte ligando as duas margens do Rio Madeira.

No trabalho publicado pelo IBGE, em 1972, denominado "Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas" mostra desigualdades regionais a partir da relação que os centros urbanos mantêm entre si, hierarquizando e classificando como de níveis 1, 2, 3 e 4.

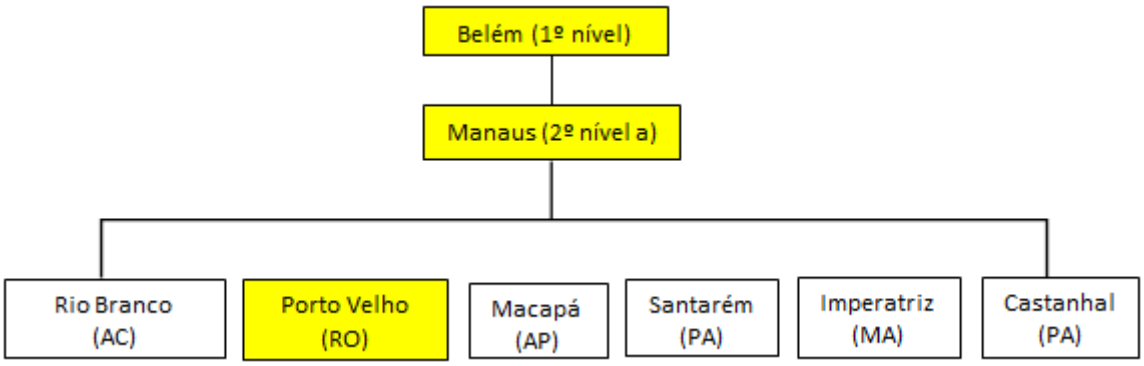
Os centros de nível 1 estão colocados da seguinte forma: 1a. grande metrópole nacional, 1b. metrópole nacional, 1c. centros metropolitanos regionais e, 1d. centros macrorregionais. Depois tem-se de níveis 2a e 2b chamados centros regionais; seguidos de 3a e 3b denominados sub-regionais e por último, de 4a e 4b, centros locais.

Dada essa explicação, é possível dizer que o Território Federal de Rondônia aparece no citado documento na região urbana de Belém, juntamente com os territórios federais do Amapá, Roraima e

outras áreas do noroeste e sudoeste maranhense e norte goiano. Para o IBGE (1972) a abertura da rodovia Belém-Brasília, contribuiu para a expansão da área de influência de Belém. Porto Velho aparece como 3º. nível (3a), centro sub-regional de Belém, o que o colocava sem expressividade na região Amazônica.

A figura 3 mostra a classificação dos centros até o **3º nível a**.

Figura 3-Classificação dos Centros



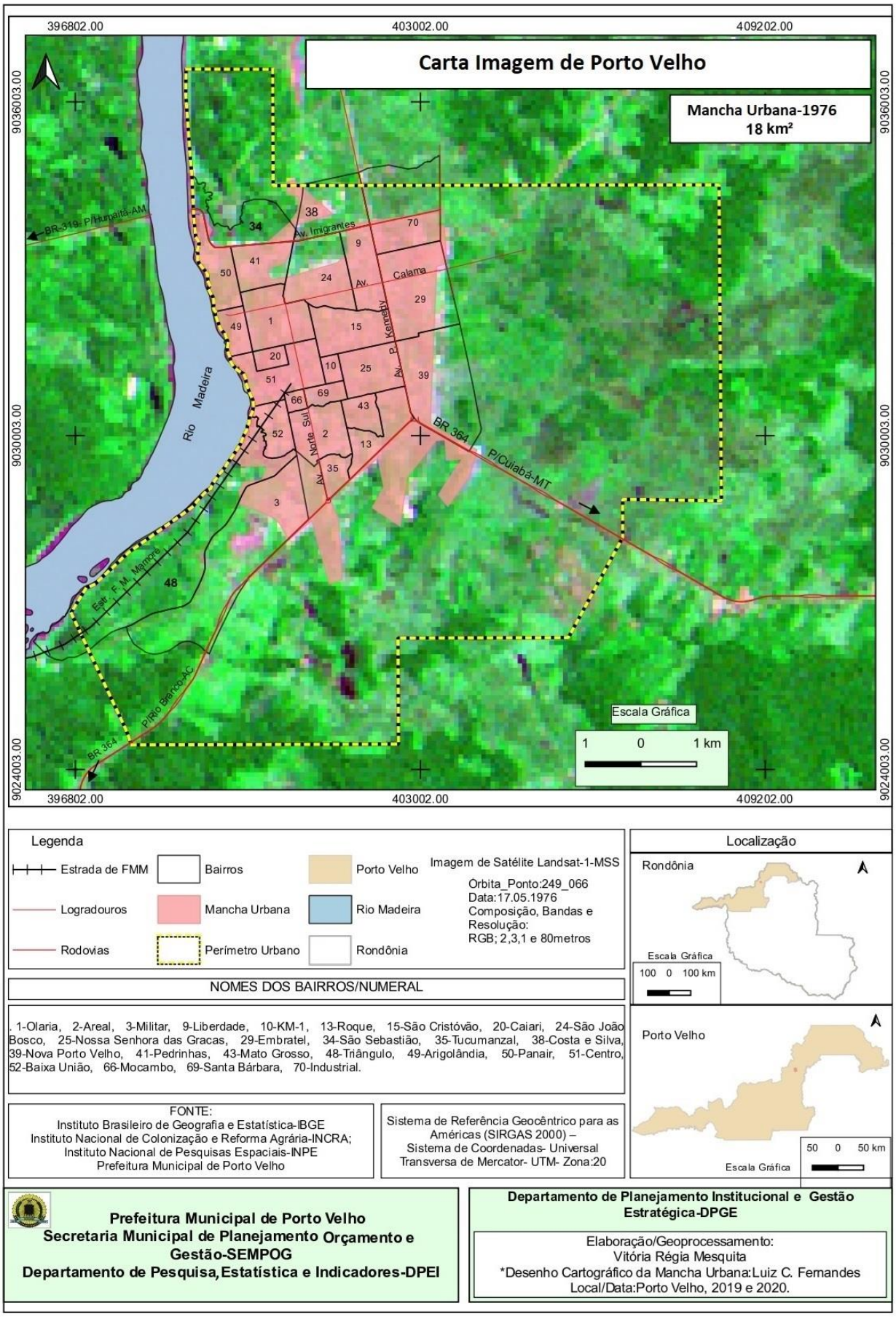
Fonte: Adaptado de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (1972).
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

A figura 4 se constitui em uma carta imagem da mancha urbana de Porto Velho (1976) na qual podem ser observados 25 bairros, quais sejam: Olaria, Militar, Areal, Liberdade, Km-1, Roque, São Cristóvão, Caiari, São João Bosco, Nossa Senhora das Graças, Embratel, São Sebastião, Tucumanzal, Costa e Silva, Nova Porto Velho, Pedrinhas, Mato Grosso, Triângulo, Arigolândia, Panair, Centro, Baixa da União, Mocambo, Santa Bárbara e Industrial. Observe-se que alguns destes existiam de fato, mas não existiam de direito.

Esse aumento significativo na quantidade de bairros, total de 12 citados no PAI (1972) e total de 25 na figura 4, conforme a localização, parece concordar com o que foi colocado como polo de crescimento para expansão urbana.

Vale ressaltar que na figura 4 é apresentado o perímetro urbano. Citado perímetro é resultante de diferentes leis federal e municipal, além de decreto federal (em anexo) datadas do ano de 1977. É importante perceber que a despeito das datas das leis e do decreto serem de 1977, optou-se por colocar o perímetro na referida figura com a finalidade de facilitar o acompanhamento do crescimento da mancha urbana. Outra observação que se faz é que o processo de expansão urbana acelerada e desorganizada, e de certa forma precoce, possibilitou a formação de vazios urbanos aumentando a incapacidade do setor público de atender a população com serviços da forma e qualidade que os gestores gostariam e que os munícipes merecem.

Figura 4-Carta imagem da mancha urbana do município de Porto Velho-1976



Coloca-se a seguir (Quadro 1) alguns acontecimentos ou fatos, mais ou menos importantes, mas que de alguma forma podem ter influenciado a expansão urbana do Município.

Quadro 1-Fatos/Acontecimentos
1973/1979

Ano	Fatos
1973	Março de 1973 entrava em vigor a Lei Ordinária Nº. 60, denominada "Plano de Ação Imediata-PAI", já colocado, que instituiu os procedimentos para o parcelamento do solo urbano de Porto Velho, apresentando ainda outras providências tais como o zoneamento urbanístico e o controle edilício.
1974	Transferência do Aeroporto Caiari, inaugurado em 1942, do centro da cidade para a Estrada 13 de setembro.
1975	Criação da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia-FUNDACENTRO, embrião da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR, com a Lei Municipal Nº 108 de 08 de julho com os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis.
1979	Posse do Governador Jorge Teixeira de Oliveira, nomeado pelo presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), a partir da indicação do Ministro do Interior Mário Andreazza, para o governo do Território Federal de Rondônia, com a missão de transformar o Território Federal em Estado.
	Início das obras da Hidrelétrica de Samuel, da construção da Esplanada das Secretarias no bairro Pedrinhas, implantação de programa de pavimentação de ruas e avenidas, e a construção do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, hospital de referência, dentre várias outras.

Fonte: Obras Consultadas (pág. 61)

Na década de 1970, o fato de Porto Velho ser capital de Território Federal fazia com que os prefeitos fossem indicados pelo governador. Tem-se a seguir o quadro 2 contendo o nome do prefeito e período em que esteve à frente da gestão do Município de Porto Velho.

Quadro 2-Prefeitos de Porto Velho
1969/1980

Período	Prefeito
1969-1972	Odacir Soares
1972-1974	Jacob Freitas Atallah
1974-1975	Emanuel Pontes Pinto
1975-1976	Antônio Carlos Carpinteiro
1976-1979	Luís Gonzaga Farias Ferreira
1979-1980	Francisco Lopes Paiva

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Velho.
Disponível em https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/21740/prefeitos-de-porto-velho. Acesso em 23 set. 2020.

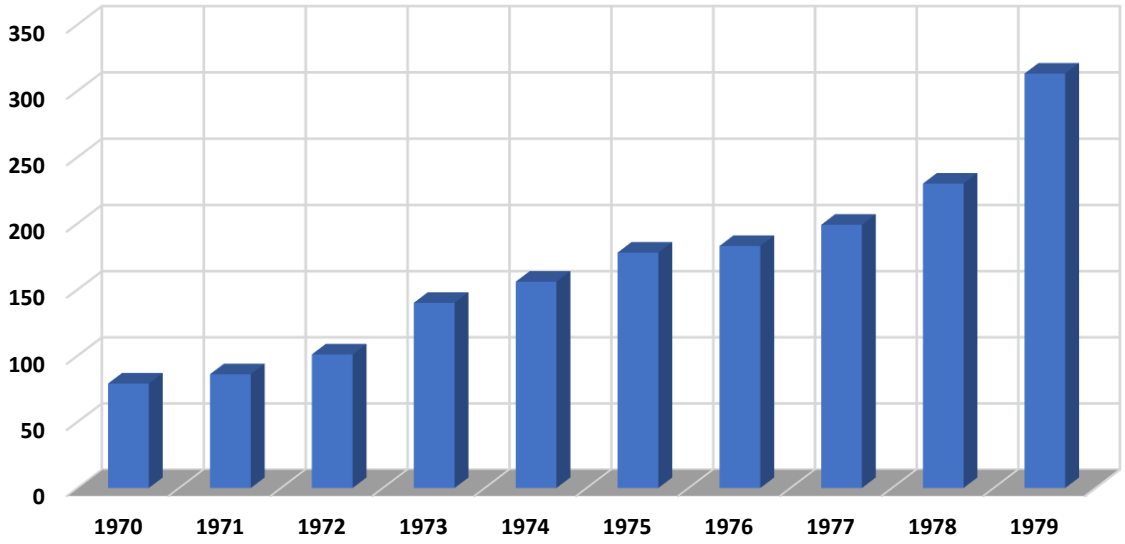
A quantidade de funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Velho teve aumento significativo nos anos de 1970 conforme observado na tabela 4 percebendo-se maior variação do ano de 1979 em relação ao ano de 1978. Isso pode se dever à migração e a preparação para a transformação do Território Federal de Rondônia em Estado de Rondônia, com o objetivo de prestar um melhor serviço à população.

Tabela 4-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho
1970/1979

Ano	Quantidade de funcionários	Variação % (Δ%)
1970	79	-
1971	86	8,86
1972	101	17,44
1973	140	38,61
1974	156	11,43
1975	178	14,10
1976	183	2,81
1977	199	8,74
1978	230	15,58
1979	313	36,09

Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020.

Gráfico 2-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho
1970/1979



Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

DÉCADA DE 80

DÉCADA DE 1980

A década de 1980 é marcada por significativa expansão da mancha urbana do Município quando comparada com o ano de 1976, início do período em estudo (Tabela 3). Ao comparar 1985 com 1976, observa-se a variação percentual do crescimento de aproximadamente 138,17%.

O Plano Diretor de 1987

Os registros relacionados ao Plano Diretor de 1987 são escassos. O que se tem é o encaminhamento do anteprojeto de Lei, pelo então Prefeito Municipal Tomás Correia, em anexo ao Of. Nº. 915/GP-87 datado de 30/11/1987.

Embora na mensagem de encaminhamento conste que a Prefeitura contou com a assessoria do IBAM e com recursos financeiros da extinta Secretaria de Articulação com Estados e Municípios-SAREM da Presidência da República, não se tem documento ou informações sobre o que aconteceu com o anteprojeto de Lei acima citado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM (2018), o Plano Diretor de 1987, foi elaborado em um momento em que a cidade apresentava significativo crescimento o que tornava imperioso uma ação municipal com o objetivo de "orientar a reprodução de loteamentos e a expansão urbana."

O processo de expansão para a zona oeste foi, de certa forma, contido pelo rio Madeira, que durante muito tempo se caracterizou como uma variável limitante. No entanto, para as zonas norte, sul e leste, se tem um crescimento urbano rápido e desorganizado tendo como característica principal o espraiamento como expansão urbana não planejada.

Para Leite (2018) foi no início da década de 1980, que a cidade sofreu significativas modificações sejam estruturais ou demográficas, quando houve expansão da zona urbana resultante da fixação da população que se deslocou para Porto Velho na década de 1970.

Com relação às consequências Valdés (Câmara de Deputados de Chile *et al.,* 1999) advoga que as consequências são nefastas principalmente na área social. É que a população que ocupa as áreas em expansão tem péssimas condições de vida por morar em espaços urbanos que não possuem equipamentos. Entende-se que equipamento urbano, segundo a NBR 9284, é todo bem público ou privado, de utilidade pública, destinado à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantado mediante autorização do Poder Público, em espaços públicos e privados.

Existem ainda, de acordo com a norma acima citada, várias categorias e subcategorias para equipamentos urbanos, tais como: circulação e transporte, cultura e religião, esporte e lazer, infraestrutura, segurança pública e proteção, abastecimento, administração pública, assistência social, educação e saúde.

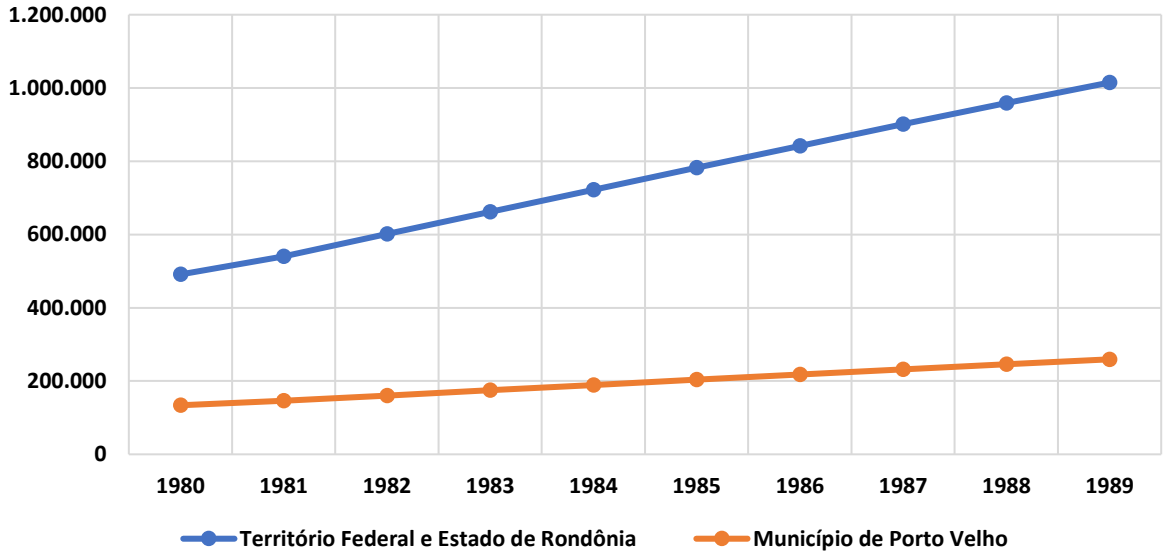
Com relação à população, o que se pode observar é que o Município cresceu a taxas bem menores que o Território Federal/Estado (Tabela 5).

Tabela 5-População do Território Federal de Rondônia e do Município de Porto Velho 1980/1989

Ano	Discriminação		Taxa de crescimento (% a.a.)	
	Território Federal/ Estado de Rondônia	Município de Porto Velho	Rondônia	Porto Velho
1980	491.025	133.882	-	-
1981	540.684	145.779	10,11	8,89
1982	601.105	160.245	11,17	9,92
1983	661.736	174.764	10,09	9,06
1984	722.207	189.243	9,14	8,28
1985	782.482	203.667	8,35	7,62
1986	842.192	217.974	7,63	7,02
1987	901.050	232.069	6,99	6,47
1988	958.688	245.872	6,40	5,95
1989	1.014.838	259.314	5,86	5,47

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.
Nota: a-A população do ano de 1980 a fonte é o IBGE.
b-A população dos anos de 1981 a 1989 são estimativas elaboradas pela SEMPOG.

Gráfico 3-População do Território Federal e Estado de Rondônia e do Munícipio de Porto Velho-1980/1989



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.
Nota: a-A população do ano de 1980 a fonte é o IBGE.
b-A população dos anos de 1981 a 1989 são estimativas elaboradas pela SEMPOG.

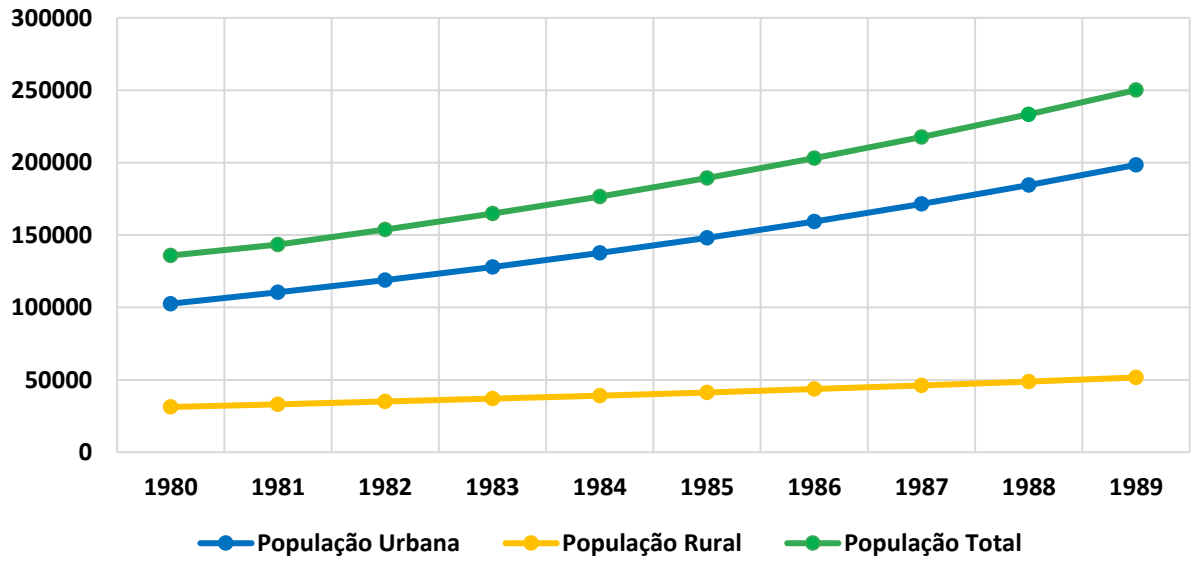
Com relação à taxa de urbanização, observa-se na tabela 6 que embora o crescimento tenha desacelerado quando comparado com a década de 1970, não desapareceu. Tem-se ainda incremento pouco significativo, mas constante. Importante ressaltar que a transformação do Território Federal em Estado pode ter estimulado a migração uma vez que houve a atração de pessoas visando se enquadrarem como funcionários públicos e participarem das instituições que seriam implantadas.

Tabela 6-População total por zona de localização
Porto Velho-1980/1989

Ano	Urbana	Rural	Total	Taxa de urbanização (%)
1980	102.593	31.289	133.882	76,63
1981	110.396	33.082	143.478	76,94
1982	118.793	34.977	153.770	77,25
1983	127.829	36.980	164.809	77,56
1984	137.552	39.099	176.651	77,87
1985	148.014	41.339	189.353	78,17
1986	159.273	43.707	202.980	78,47
1987	171.387	46.211	217.598	78,76
1988	184.423	48.859	233.282	79,06
1989	198.451	51.658	250.109	79,35

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

Gráfico 4-População total, urbana e rural
Porto Velho-1980/1989



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão SEMPOG.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.
Nota: a-A população do ano de 1980 a fonte é o IBGE.
b-A população dos anos de 1981 a 1989 são estimativas elaboradas pela SEMPOG.

Embora o Estado de Rondônia tenha na Lei Complementar Nº. 41 de 22 de dezembro de 1981 sua criação, com instalação em 4 de janeiro de 1982, os prefeitos do Município de Porto Velho continuaram sendo indicados pelo Governador. Somente em janeiro de 1986, toma posse o primeiro Prefeito eleito, Jerônimo Garcia de Santana, que em maio do mesmo ano, deixou o cargo para disputar eleição para o governo de Rondônia, deixando como Prefeito de Porto Velho o seu vice, Tomaz Corrêa (Quadro 3).

Quadro 3-Prefeitos de Porto Velho
1980/1992

Período	Prefeito
1980-1985	Sebastião Assef Valadares
Janeiro de1985-Maio de1985	João Coelho de Oliveira
Maio de 1985-Janeiro de 1986	José Guedes
Janeiro de 1986-Maio de 1986	Jerônimo Garcia de Santana
Maio de 1986-Dezembro de 1988	Tomaz Corrêa
1989-1992	Francisco Chiquilito Erse

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Velho.
Disponível em https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/21740/prefeitos-de-porto-velho. Acesso em 23 set. 2020.
Nota: a- Até 1985 os prefeitos eram indicados pelo Governador do Estado.

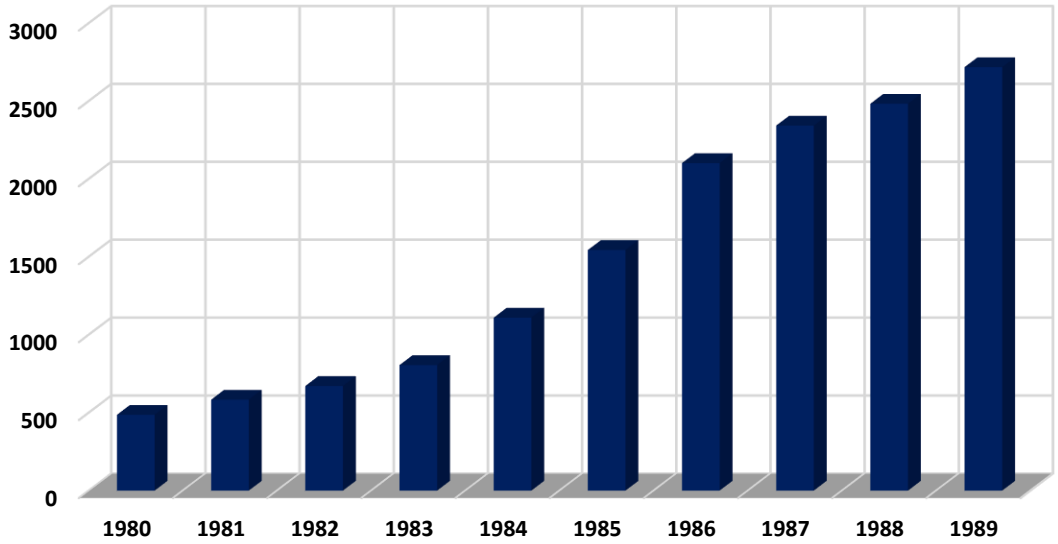
A quantidade de funcionários, crescia na medida em que a mancha urbana sofria incremento, passando de 486 no início da década para 2.717 em 1989, o que significa uma variação percentual de aproximadamente 459,05% (Tabela 7).

Tabela 7-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho
Porto Velho-1980/1989

Ano	Quantidade de funcionários	Variação % (Δ%)
1980	486	-
1981	583	19,96
1982	671	15,09
1983	805	19,97
1984	1.109	37,76
1985	1.543	39,13
1986	2.101	36,16
1987	2.342	11,47
1988	2.482	5,98
1989	2.717	9,47

Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020.

Gráfico 5-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho
1980/1989



Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020

Na figura 5 observa-se a mancha urbana com a quantidade de bairros, onde é possível observar o crescimento de 25 bairros de 1976 para 39 bairros em 1981, sendo: Liberdade, São Cristóvão, Nossa Senhora das Graças, Olaria, Tucumanzal, Km-1, Centro, Mocambo, Areal, Caiari, Triângulo, Arigolândia, Militar, Roque, São João Bosco, Embratel, São Sebastião, Costa e Silva, Nova Porto Velho, Pedrinhas, Mato Grosso, Panair, Baixa da União, Santa Bárbara, Industrial, Nacional, Lagoinha, Flodoado Pontes Pinto, Rio Madeira, Cuniã, Lagoa, Agenor Martins de Carvalho, Tupi, Aponiã, Tiradentes, Floresta, Eletronorte, Nova Floresta e Conceição.

Na figura 6 há alterações de bairros em 1985 aparecem 49 bairros. Além dos citados acima, podemos perceber os seguintes bairros: Igarapé, Escola de Polícia, Esperança da Comunidade, Cohab, Areia Branca, Novo Horizonte, Cidade do Lobo, Castanheira, Caladinho e Eldorado.

Figura 5-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1981

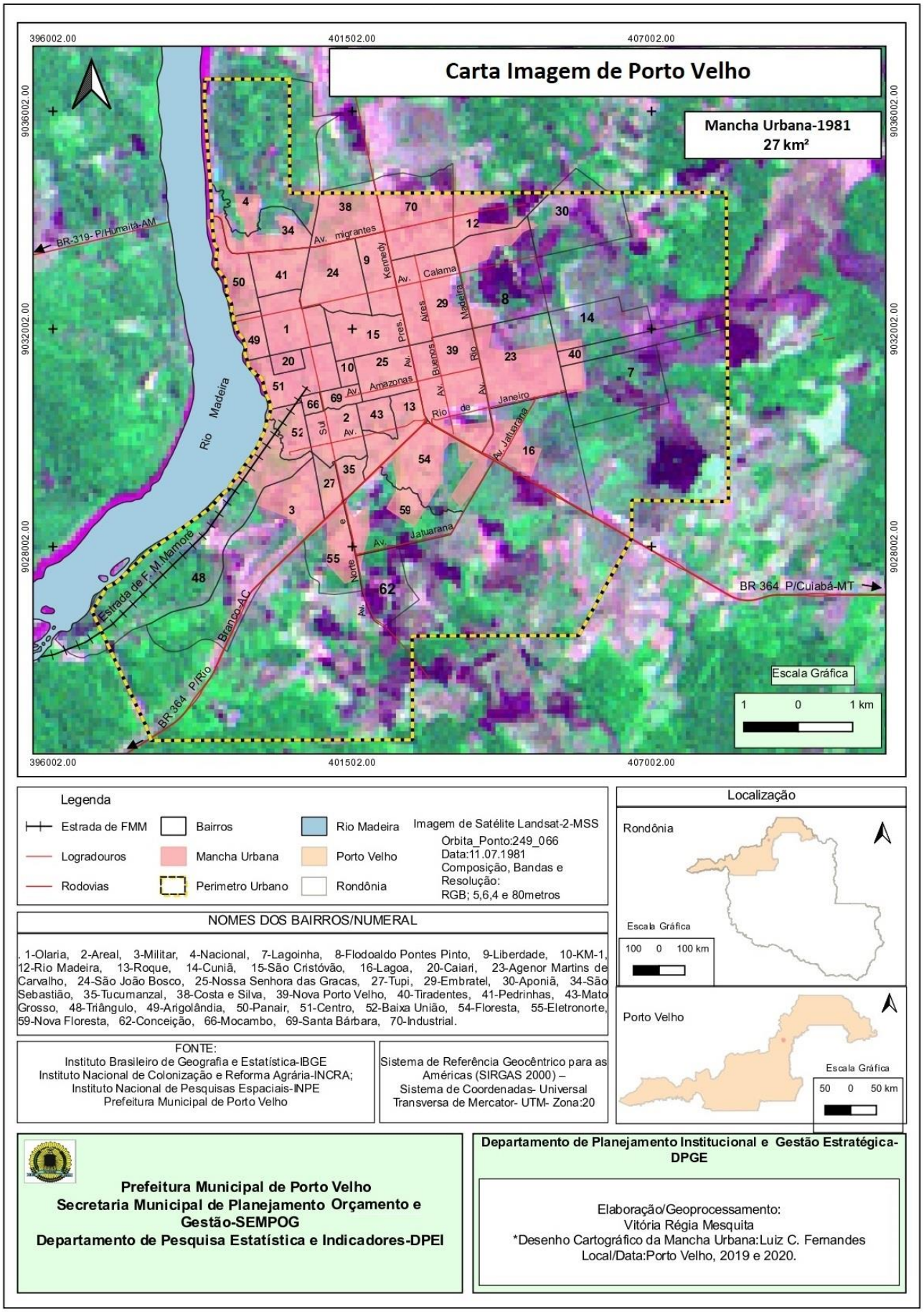
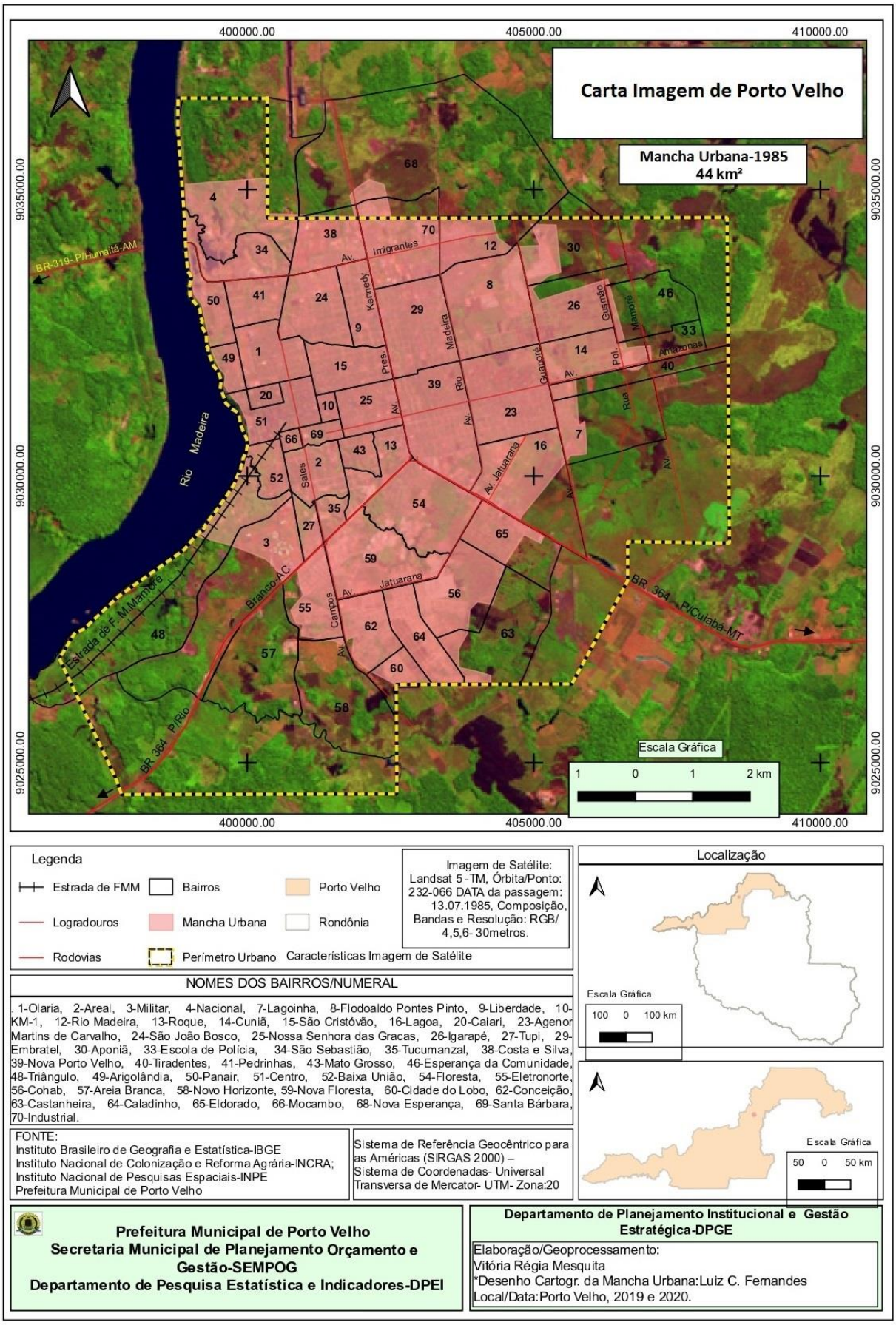


Figura 6-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1985



A seguir têm-se alguns fatos/acontecimentos ocorridos no âmbito do Município de Porto Velho e julgados importantes. É nos anos de 1980 que se tem a construção dos primeiros conjuntos habitacionais tais como Conjunto Santo Antônio e Conjunto Marechal Rondon. Verificou-se ainda a construção de um aglomerado de prédios denominado Esplanada das Secretarias, para funcionamento de diversas secretarias do governo estadual.

Quadro 4-Fatos/Acontecimentos
1980/1989

Ano	Fatos
1980	Assinatura pelo Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves do Decreto Nº 84.712 de 16/05/1980 no qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA é autorizado a doar ao Município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia, uma área de terra, medindo 7.034,0178 ha (sete mil, trinta e quatro hectares, um are e setenta e oito centiares), situada naquele Município, cujos limites e confrontações constam do Memorial Descritivo existente no Processo MJ/Nº 38.210/1978. Citada área tinha como objetivo a expansão urbana da cidade.
	Em julho aconteceu o primeiro vestibular pela Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia-FUNDACENTRO.
1981	Criação do Estado de Rondônia pela Lei Complementar Nº 41 em 22 de dezembro de 1981. Citada Lei foi sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo.
	Em 1981, o Governo Federal criou e começou a implantar o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil-POLONOROESTE, em Rondônia e Mato Grosso, cujo objetivo era implementar o desenvolvimento socioeconômico e o ordenamento da ocupação humana nessas unidades da federação. Com um orçamento de US$ 1,55 bilhão, foram aplicados 57% na pavimentação da rodovia federal BR-364. De acordo com a LEI Federal Nº 12.454 de 26 de julho de 2011, o trecho de citada rodovia entre o Município de Candeias do Jamari e o campus da Universidade Federal de Rondônia, no Município de Porto Velho passa a ser denominado Rodovia Chiquilito Erse.
1982	Em 4 de janeiro de 1982 foi realizada a instalação do Estado de Rondônia. A cerimônia de instalação do Estado e posse do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira no cargo de governador foi realizada no Palácio Presidente Vargas.
	A obra de construção da Hidrelétrica de Samuel pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A (ELETRONORTE). O barramento aconteceu em 1988 e sua operação comercial teve início em 1989, com o total enchimento do reservatório. Com capacidade instalada de 216 MW, destinou-se a abastecer o mercado de energia elétrica do Sistema Acre-Rondônia.
1983	Inauguração em 11 de janeiro de 1983 do Hospital de Base Ary Pinheiro.
	Criação da Companhia de Habitação Popular de Rondônia por meio do Decreto Lei Nº. 049 de 11 de abril de 1983.
1984	Inauguração do Hospital de Pronto Socorro João Paulo II, que tinha como objetivo atender aos funcionários da Eletronorte, encarregados da construção da usina hidrelétrica de Samuel
1988	Promulgação da nova Constituição Federal, com diferentes ferramentas incluindo-se de ordem urbanística como a obrigatoriedade dos Planos Diretores para cidades com mais de vinte mil habitantes (Art. 182, § 1º).
1989	O Governo do Estado comprou o Pronto Socorro João Paulo-II.
	Criação do Parque Ecológico do município de Porto Velho. Com uma área de aproximadamente dois mil hectares, é cortado pelo igarapé Belmont. Foi reinaugurado em 2017 com o nome Parque Natural Municipal Olavo Pires.
	Criação do Plano Viário Principal, hierarquia de vias, abertura e alteração de várias ruas e criação de vários bairros de Porto Velho dentre outros. A Lei Nº 840/1989, cria os bairros.

Fonte: Obras Consultadas (pág. 61)

DÉCADA DE 90

DÉCADA DE 1990

A década de 90 foi de aparente paralisação no crescimento da mancha urbana de Porto Velho, reiterando que o crescimento do Município vem ligado a grandes projetos e/ou ciclos econômicos.

Foi uma década estigmatizada pelas políticas ambientais, quando da implantação do PLANAFLORO-Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, para minimizar os estragos realizados nas décadas anteriores de grande exploração vegetal e mineral.

Um dos grandes feitos da década de 90, em Porto Velho, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi a construção do Porto Graneleiro em 1995 entrando em operação em 1997 com a implantação da Hidrovia do Madeira, pela qual escoa a produção de soja, milho, açúcar, entre outros produtos, tanto do Estado de Rondônia, quanto do Estado do Mato Grosso no trajeto de Porto Velho (Rio Madeira) para Itacoatiara (Rio Amazonas).

A seguir tem-se uma explanação sobre o Plano Diretor de 1990, o primeiro instrumento de gestão urbana elaborado com participação popular.

Plano Diretor de 1990

A Lei Nº. 933 de dezembro de 1990 é o primeiro Plano diretor com participação popular. Foi uma conquista da população emanada da Constituição Federal de 1988, sendo assim agente atuante do processo de planejamento. Essa participação oportuniza ao poder público atender às necessidades básicas da população municipal, ajustando as reivindicações com as reais possibilidades do município em realizá-las.

Os objetivos e diretrizes do plano diretor de 90 - políticos, estratégicos, sociais e físicos-territoriais - refere-se ao uso e ocupação do solo urbano, à localização dos equipamentos e dos serviços urbanos e ao sistema viário.

Como fatores de limitação da expansão urbana, conforme Plano Diretor de 1990, aparecem o Rio Madeira que corre a oeste da Cidade de Porto Velho; ao sul tem-se as áreas do Ministério do Exército e ao norte as áreas do Ministério da Aeronáutica, restando como opção de expansão a zona leste, acompanhando o traçado da rodovia federal BR-364. É na zona leste que se deu a implantação de bairros como Tancredo Neves (Lei Nº. 840 de 1989) e Ulisses Guimarães (Lei Nº. 1355 de 1999).

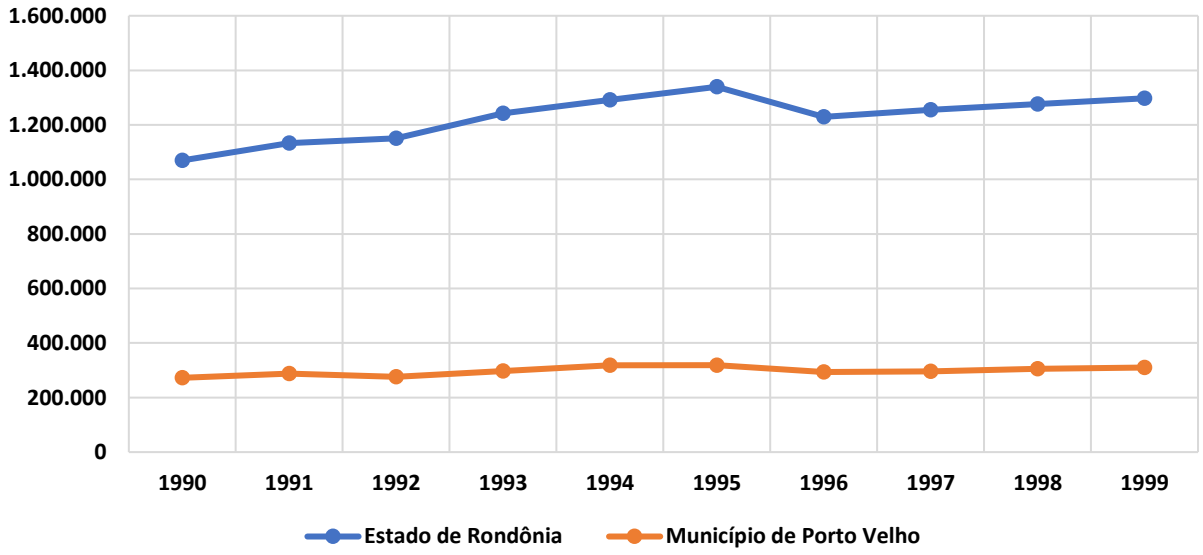
A taxa de crescimento populacional de Porto Velho, no geral, foi inferior à do Estado de Rondônia, conforme exposto na tabela 8. A população do Município e do Estado cresceram no período de 1990 a 1999, com taxas de 1,44% a.a. e 2,16% a.a., respectivamente.

Tabela 8-População do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho 1990/1999

Ano	Discriminação		Taxa de crescimento (% a.a.)	
	Estado de Rondônia	Município de Porto Velho	Rondônia	Porto Velho
1990	1.069.626	272.433	-	-
1991	1.132.692	287.534	5,9	5,54
1992	1.150.512	276.110	1,57	-3,97
1993	1.241.706	296.773	7,93	7,48
1994	1.291.201	317.923	3,99	7,13
1995	1.339.506	318.859	3,74	0,29
1996	1.229.306	294.227	-8,23	-7,73
1997	1.255.538	295.694	2,13	0,5
1998	1.276.181	304.996	1,64	3,15
1999	1.296.832	309.748	1,62	1,56

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

Gráfico 6-População do Estado de Rondônia e do Munícipio de Porto Velho-1990/1999



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

A urbanização da capital Porto Velho foi quase imperceptível, não houve nenhuma alteração relevante durante os anos de 1990 como aconteceu nos anos 1970 e 1980. A tabela 9 traz a projeção da população por zona e a taxa de urbanização.

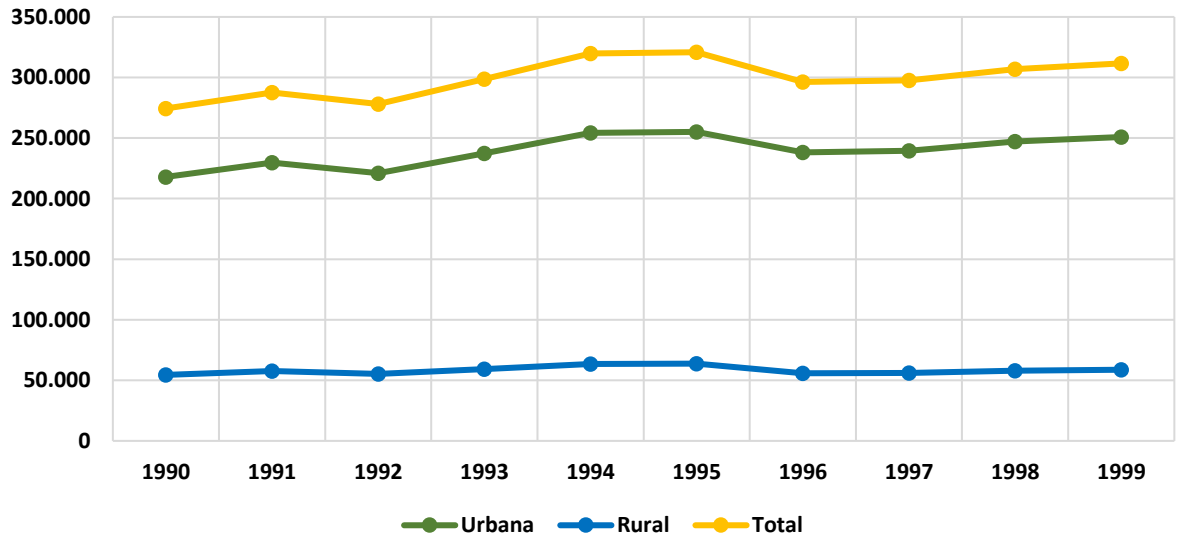
Tabela 9-População total por zona de localização
Porto Velho-1990/1999

Ano	Urbana	Rural	Total	Taxa de urbanização (%)
1990	217.946	54.487	272.433	80
1991	229.788	57.746	287.534	79,92
1992	220.888	55.222	276.110	80
1993	237.418	59.355	296.773	80
1994	254.338	63.585	317.923	80
1995	255.087	63.772	318.859	80
1996	238.314	55.913	294.227	81
1997	239.512	56.182	295.694	81
1998	247.047	57.949	304.996	81
1999	250.896	58.852	309.748	81

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

Para melhor visualização tem-se no gráfico 7 a população urbana, rural e total do município em estudo.

Gráfico 7-População total, urbana e rural
Porto Velho-1990/1999



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020

O quadro 5 mostra os prefeitos de Porto Velho nos anos 90. Em seu segundo mandato de prefeito, Francisco José Chiquilito Coimbra Erse, um dos líderes "mais populares e carismáticos do Estado", em 1º de dezembro de 1998, renunciou ao cargo por motivo de saúde, assumindo então o seu vice Carlos Alberto Azevedo Camurça. Chiquilito faleceu em 2001, aos 51 anos.

Quadro 5-Prefeitos de Porto Velho
1989/2000

Período	Prefeito
1989-1992	Chiquilito Erse
1993-1996	José Guedes
1997-1998	Chiquilito Erse
1998-2000	Carlos Camurça

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Velho.
Disponível em https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/21740/prefeitos-de-porto-velho. Acesso em 23 set. 2020.

Nessa década o crescimento total de funcionários na Prefeitura foi de 113,22%, de acordo com informações fornecidas pela SEMAD-Secretaria Municipal de Administração e apresentadas na tabela 10. O aumento significativo ocorreu em 1999.

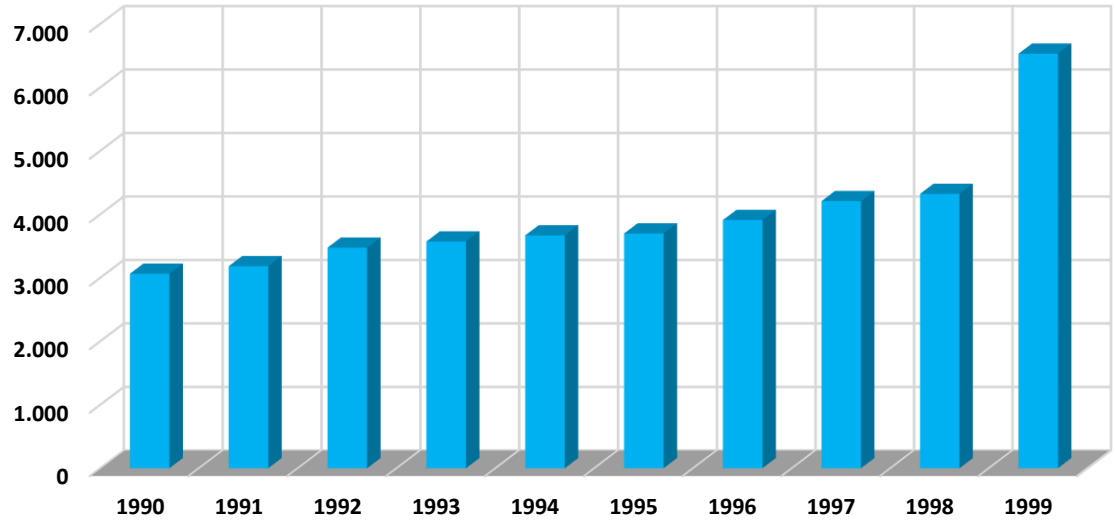
Tabela 10-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho
1990/1999

Ano	Funcionários na Prefeitura de Porto Velho	Variação % (Δ%)
1990	3.063	-
1991	3.183	3,92
1992	3.475	9,17
1993	3.572	2,79
1994	3.668	2,69
1995	3.699	0,85
1996	3.910	5,70
1997	4.208	7,62
1998	4.322	2,71
1999	6.531	51,11

Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020.

A fim de melhor perceber esse crescimento na década, ano a ano, é que se coloca o gráfico 8.

Gráfico 8-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho
1990/1999



Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

A mancha urbana de 1991, figura 7, nos mostra 68 bairros: Olaria, Areal, Militar, Nacional, Cidade Jardim, Ulisses Guimarães, Lagoinha, Flodoaldo Pontes Pinto, Liberdade, Km-1, Juscelino Kubitschek, Rio Madeira, Roque, Cuniã, São Cristóvão, Lagoa, Socialista, Planalto, Marcos Freire, Caiari, Cascalheira, Agenor Martins de Carvalho, São João Bosco, Nossa Senhora das Graças, Igarapé, Tupi, Jardim Santana, Embratel, Aponiã, Tancredo Neves, Ronaldo Aragão, Escola de Polícia, São Sebastião, Tucumanzal, Três Marias, Mariana, Costa e Silva, Nova Porto Velho, Tiradentes, Pedrinhas, São Francisco, Mato Grosso, Maringá, Pantanal, Esperança da Comunidade, Teixeirão, Triângulo, Arigolândia, Panair, Centro, Baixa União, Cidade Nova, Floresta, Eletronorte, Cohab, Areia Branca, Novo Horizonte, Nova Floresta, Cidade do Lobo, Aeroclube, Conceição, Castanheira, Caladinho, Eldorado, Mocambo, Nova Esperança, Santa Bárbara e Industrial.

Já a figura 8, mancha urbana de 1995, traz além desses 68 mais um bairro, Área Militar e Aeroporto, cujo até o momento não há lei de criação.

Notas:

a-A Lei Nº 885/1990 cria o bairro Leblon, desmembrado do bairro Flodoaldo Pontes Pinto, mas no mapa de Porto Velho o bairro ainda aparece como Flodoaldo Pontes Pinto;
b-A Lei Nº 1.130/1993, denomina o bairro Panair de bairro Novo Estado, mas até hoje prevalece a tradição e todos se referem ao bairro como Panair;
c-A Lei Nº 1.355/1999 cria os bairros Marcos Freire, Mariana, São Francisco, Jardim Santana, Ronaldo Aragão, Socialista, Ulysses Guimarães e Cidade Nova.
d-Os bairros abaixo já existiam na mancha urbana de 1995, porém não havia Lei de criação.

Cidade Jardim	Não tem Lei de criação
Área Militar e Aeroporto	Não tem Lei de criação
Maringá	LEI Nº 1.707/2006
Pantanal	LEI Nº 1.404/2000
Esperança da Comunidade	LEI Nº 1.408/2000
Nova Esperança	Não tem Lei de criação

Figura 7-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1991

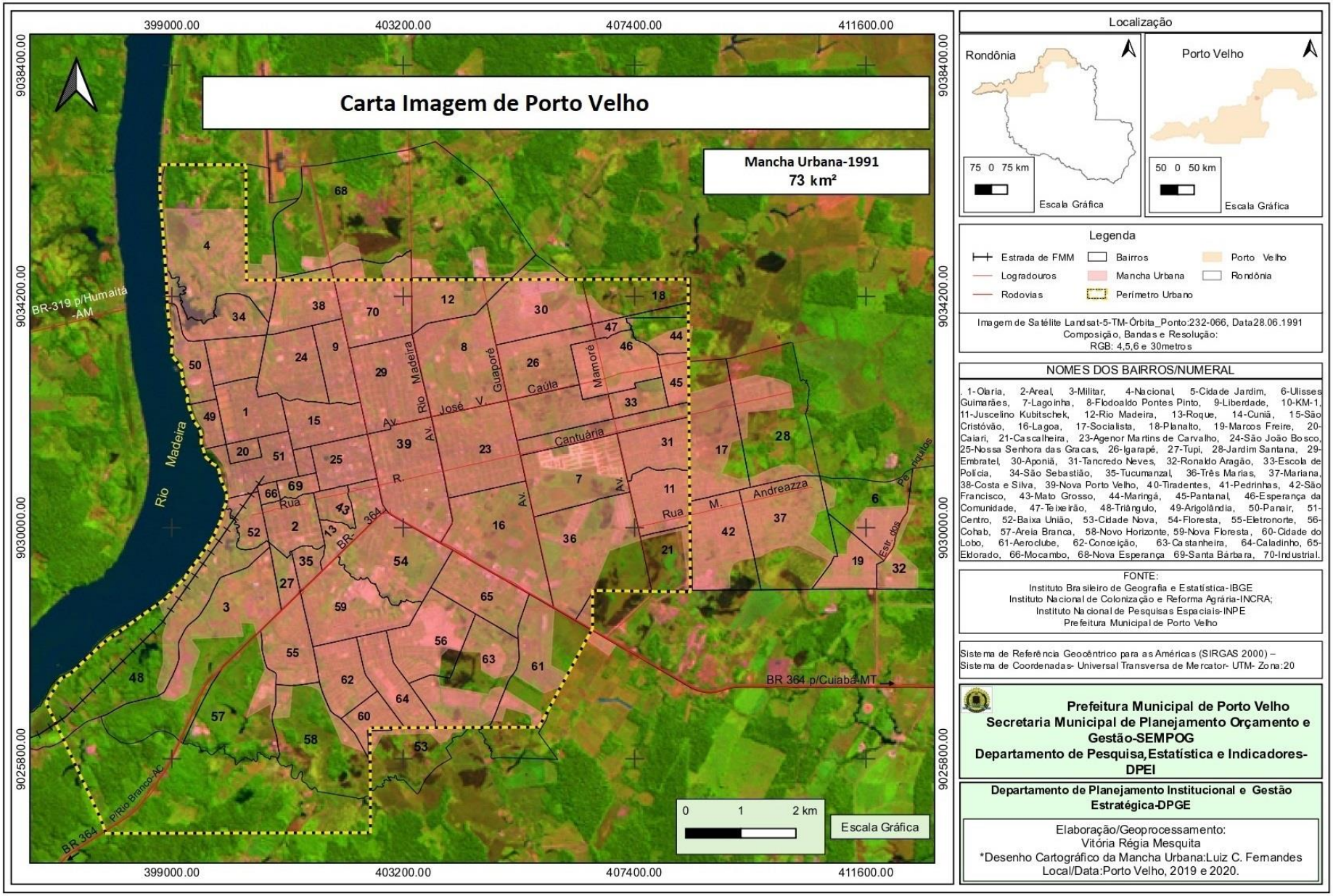
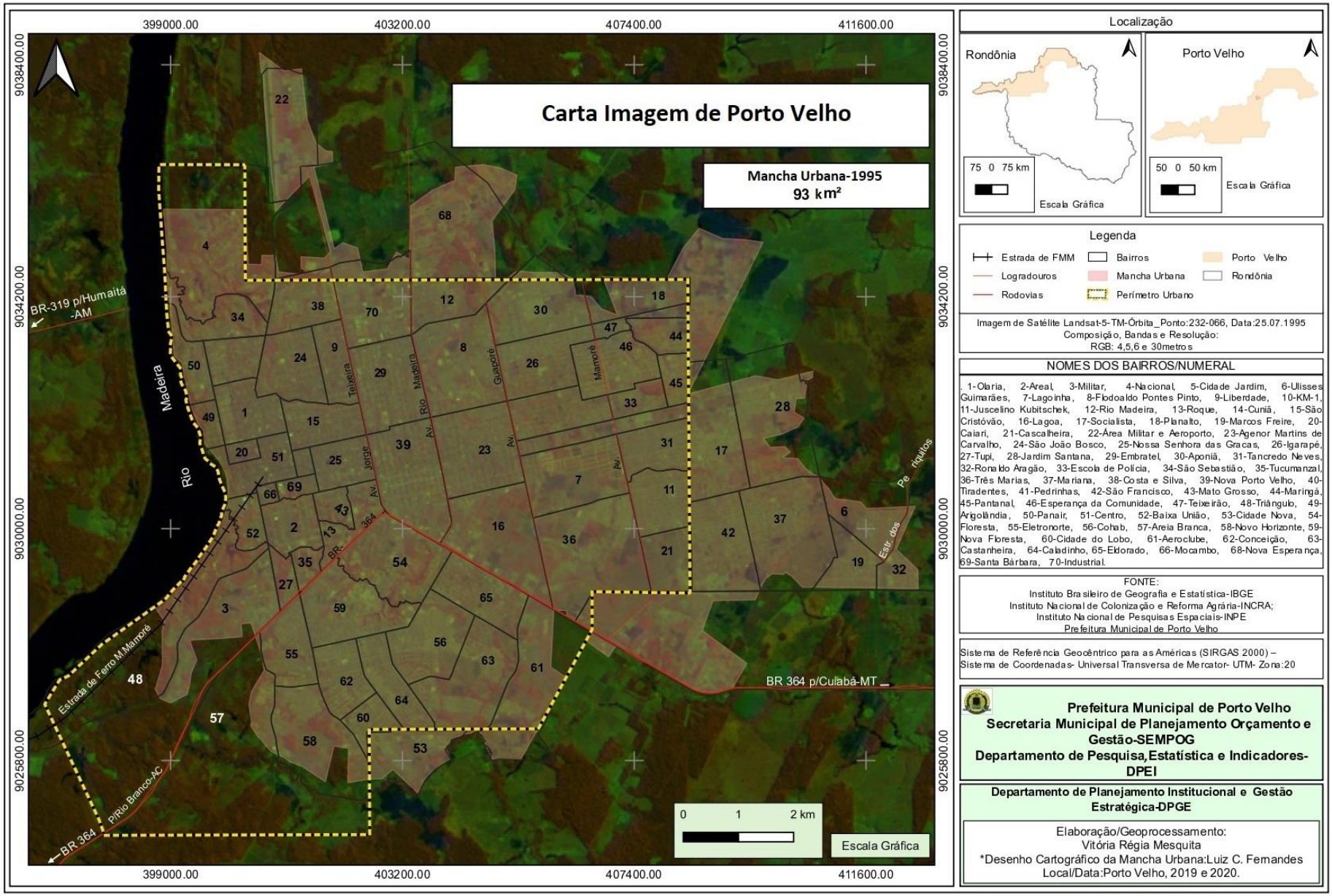


Figura 8-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-1995



A seguir tem-se o quadro 6 contendo fatos/acontecimentos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para modificar a mancha urbana do Município. Registra-se nos anos de 1990 uma significativa ocupação da zona leste da Cidade.

Quadro 6-Fatos/Acontecimentos
1990/1999

Ano	Fatos
1990	Primeiro Plano Diretor de Porto Velho com participação popular.
1992	Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia-PLANAFLORO. O projeto *PLANAFLORO*, financiado pelo Banco Mundial em Rondônia foi aprovado em 1992 com o objetivo geral de "implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do Estado", em acordo com o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico, tratado no Decreto Estadual Nº 3.782, de 14 de junho de 1988. Teve suas atividades encerradas em 2002.
1997	A Hidrovia do Madeira entrou em operação em 1997, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a mesma escoa a produção de soja, milho, açúcar, entre outros produtos, tanto do Estado de Rondônia, quanto do Estado do Mato Grosso no trajeto de Porto Velho (Rio Madeira) para Itacoatiara (Rio Amazonas).
1999	Lei Complementar Nº 097/1999 e alterações, parcelamento, uso e ocupação do solo e LC Nº 098 de 1999 (serviu de base para o Plano Diretor de 2008).
Anos 90	Final do 2º Ciclo da Cassiterita.
	Exploração de Ouro no Rio Madeira.
	A Capital sedia grande polo de comércio e serviços além da setorização de serviços públicos.
	Inauguração do Hospital João Paulo II, em 19 de novembro de 1990 foi de fato inaugurado, após o Governo do Estado comprá-lo da Eletronorte e realizar várias mudanças estruturais. Embora seu foco de atendimento ainda fosse o de urgência e emergência, este já não era apenas a ortopedia. Todas as emergências passaram a ser atendidas. O número de leitos foi dobrado e outras especialidades foram instaladas e, de modo natural, abriam-se as portas para os pacientes do interior do Estado e de outros Estados vizinhos, até mesmo da Bolívia.

Fonte: Obras Consultadas (pág. 61)

Adverso à estagnação de crescimento de Porto Velho, foram anos de muitas mudanças no Brasil, alterações na política, na economia e também na moeda nacional.

Necessário é fazer uma breve explanação das modificações ocorridas na moeda brasileira a fim de que se entenda o quadro 7.

No início dos anos 90 a moeda em circulação era o Cruzado Novo, que perdurou de janeiro de 1989 a março de 1990, instituída pelo Governo Sarney.

Em 1990 assumindo a presidência Fernando Collor de Mello, o primeiro da chamada "Nova República", que com a equipe econômica comandada pela Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, lançaram o Plano Collor I, motivo de más lembranças para muitos brasileiros. Tanto o Plano Collor I, quanto o Plano Collor II, fracassaram, não alcançaram seus objetivos, que era frear a inflação. O Plano Collor instituiu o Cruzeiro, que circulou de março de 1990 a julho de 1993.

Em 1993 assumiu a Presidência da República Federativa do Brasil, o então, vice-presidente Itamar Franco, após o *impeachment* de Collor. Época crítica, quando a inflação alcançou um patamar superior a 2000% em 12 meses, o máximo registrado na história brasileira.

Para tentar combater a hiperinflação, apelidada de "dragão", Itamar Franco nomeou como Ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, sendo o 4º indicado para o cargo, somente no governo Itamar. Mais uma vez é instituída uma nova moeda que circulou no período de agosto de 1993 a junho de 1994, denominada Cruzeiro Real, utilizada para efeito de ajuste de valores. Esta foi uma das medidas antes do Plano Real, o qual não só criou a atual moeda do Brasil, mas que teve várias fases como: Ajuste Fiscal, Implementação da Unidade Real de Valor (URV) e o Real.

Em 1994 FHC é eleito para Presidência da República, sendo reeleito em 98. Após 1994, a redução da inflação foi significativa.

O Banco Central elaborou, em 1999, o Regime de Metas de Inflação, metas essas para que a inflação não ultrapasse um teto determinado pelo Conselho Monetário Nacional, mas trabalhado pelo Banco Central para cumpri-lo.

Em 24 anos, de 1970 a 1994, ano de implantação do Real, o País teve 7 moedas. Para explicitar melhor, o quadro 7, a seguir, detalha as mudanças de moedas do Brasil a partir de 1970.

Quadro 7-Histórico das alterações da Moeda Nacional a partir de 1970

MOEDA	SÍMBOLO	DATA/PERÍODO	GOVERNO	PLANO ECONÔMICO	LEI
Cruzeiro	Cr$	15 de maio de 1970 a 14 de agosto de 1984	Emílio Garrastazu Médici	-	Resolução do Banco Central do Brasil N.º 144, de 31/03/1970
Cruzeiro	Cr$	15 de agosto de 1984 a 27 de fevereiro de 1986	João Batista Figueiredo	-	Lei N.º 7.214, de 15/08/1984
Cruzado	Cz$	28 de fevereiro de 1986 a 15 de janeiro de 1989	José Sarney	Plano Cruzado I, Plano Cruzado II	Decreto-Lei N.º 2.283, de 27/02/1986
Cruzado Novo	NCz$	16 de janeiro de 1989 a 15 de março de 1990	José Sarney	Plano Verão I, Plano Verão II	Medida Provisória N.º 32, de 15/01/1989, convertida na Lei N.º 7.730, de 31/01/1989
Cruzeiro	Cr$	16 de março de 1990 a 31 de julho de 1993	Fernando Collor de Mello	Plano Collor I, Plano Collor II	Medida Provisória N.º 168, de 15/03/1990, convertida na Lei N.º 8.024, de 12/04/1990
Cruzeiro Real	CR$	1 de agosto de 1993 a 30 de junho de 1994	Itamar Franco	Transição para o Real	Medida Provisória N.º 336, de 28/07/1993, convertida na Lei N.º 8.697, de 27/08/1993, e Resolução BACEN N.º 2.010, de 28/07/1993
Real (BRL)	R$	Desde 1 de julho de 1994 até hoje.	Itamar Franco	Plano Real	Lei N.º 8.880, de 27/05/1994 e Lei N.º 9.069, de 29/06/1995

Fonte: https://web.archive.org/web/20151115205007/http://www.ocaixa.com.br/passos/passos2.htm#
Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão-SEMPOG

A exposição acima justifica-se para um melhor entendimento da tabela 11 que contém as receitas da Prefeitura Municipal nos anos de 1990.

Tabela 11-Receita da Prefeitura
Porto Velho-1993/1999

Ano	Moeda	Receita total
1993	Cr$	3.061.606.657
1994	CR$	27.509.742
1995	R$	48.392.910
1996	R$	53.443.053
1997	R$	65.768.562
1998	R$	72.711.507
1999	R$	90.728.863

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda-SEMFAZ-2020.

Nota a-1.000,00 Cr$ valia 1,00 CR$, 1 CR$ valia 1 R$

Legenda
Cr$=Cruzeiro
CR$=Cruzeiro Real
R$=Real

ANOS 2000

ANOS 2000

A virada de 1999 para 2000, causou uma corrida no mundo para não ocorrer o famoso "*Bug* do Milênio". No entanto, o novo milênio, virada do século XX para o século XXI só ocorreu de 2000 para 2001.

A outra corrida de muito impacto para a Capital de Rondônia, foi em 2004 com o anúncio da construção das Usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau. Com este anúncio de grandes empreendimentos, começou a migração, acarretando novo aumento da mancha urbana.

A concessão da usina de Santo Antônio deu-se em 2007, e as obras iniciaram em 2008. A usina de Jirau teve a concessão em 2008, iniciando as obras em 2009. Essas duas obras foram realizadas com recursos do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento, um programa do Governo Federal.

Como consequência a cidade passou por visível transformação, construção de condomínios e prédios habitacionais, *shopping,* mercados, grandes atacadões, parques, fábrica de cimento, fábrica de montagem de turbinas etc.

Plano Diretor 2008

A Lei Complementar Nº 311, de 30 de junho de 2008, dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Porto Velho e dá outras providências. Foi uma revisão e atualização do Plano Diretor de Porto Velho elaborado em 1990 pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo– FAU/USP e pela Fundação de Pesquisa Ambiental, da mesma universidade. Para sua elaboração foram utilizados o relatório produzido em 2004 pelo consórcio Cyro Laurenza Consultores, Engefoto e Policentro e o Plano de Ação Estratégica, patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, e concluído em fins de 2006.

Com uma análise mais qualitativa do que quantitativa da infraestrutura social e econômica do Município, o Plano contemplou:

- Um documento técnico resumindo as propostas apresentadas pela equipe para o desenvolvimento da cidade;
- Uma revisão da legislação básica, incluindo uma nova Lei do Plano Diretor, acompanhada de seu desdobramento em uma nova Lei de Uso do Solo e de uma nova Lei de Parcelamento Urbano, e uma revisão dos Códigos de Postura e de Obras.

- Um Zoneamento de Uso de Solo, tradução gráfica da Lei correspondente.

Este plano trouxe, além da participação de várias secretarias e órgãos de praxe, a participação do Sistema de Proteção da Amazônia-SIPAM, que proporcionou a informação cartográfica para elaboração dos mapas que integraram o plano.

O plano trouxe projeções da população e estudos considerando que com a construção das usinas a população alcançada em 2010, em condições normais, só seria alcançada em 2015.

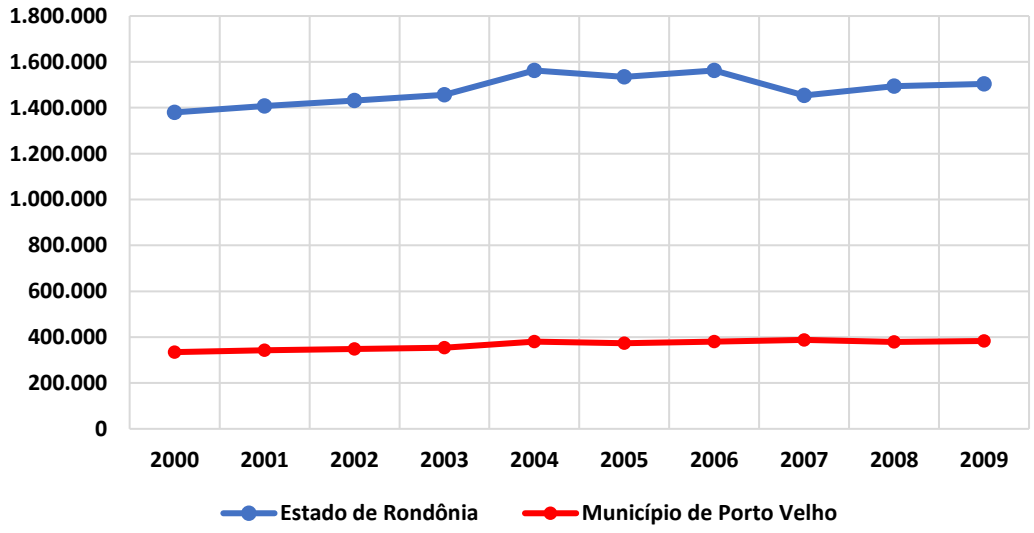
Dando continuidade ao tema população, houve de 2003 para 2004 um crescimento populacional significativo tanto no Estado quanto na Capital, conforme exposto na tabela 12.

Tabela 12-População do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho 2000/2009

Ano	Discriminação		Taxa de crescimento (% a.a.)	
	Estado de Rondônia	Município de Porto Velho	Rondônia	Porto Velho
2000	1.379.787	334.661	-	-
2001	1.407.886	342.264	2,04	2,27
2002	1.431.777	347.844	1,70	1,63
2003	1.455.907	353.961	1,69	1,76
2004	1.562.085	380.884	7,29	7,61
2005	1.534.594	373.917	-1,76	-1,83
2006	1.562.417	380.974	1,81	1,89
2007	1.453.756	387.964	-6,95	1,83
2008	1.493.565	379.185	2,74	-2,26
2009	1.503.928	382.829	0,69	0,96

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS
Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptro.def. Acesso em: 12 nov. 2020

Gráfico 9-População do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho- 2000/2009



Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

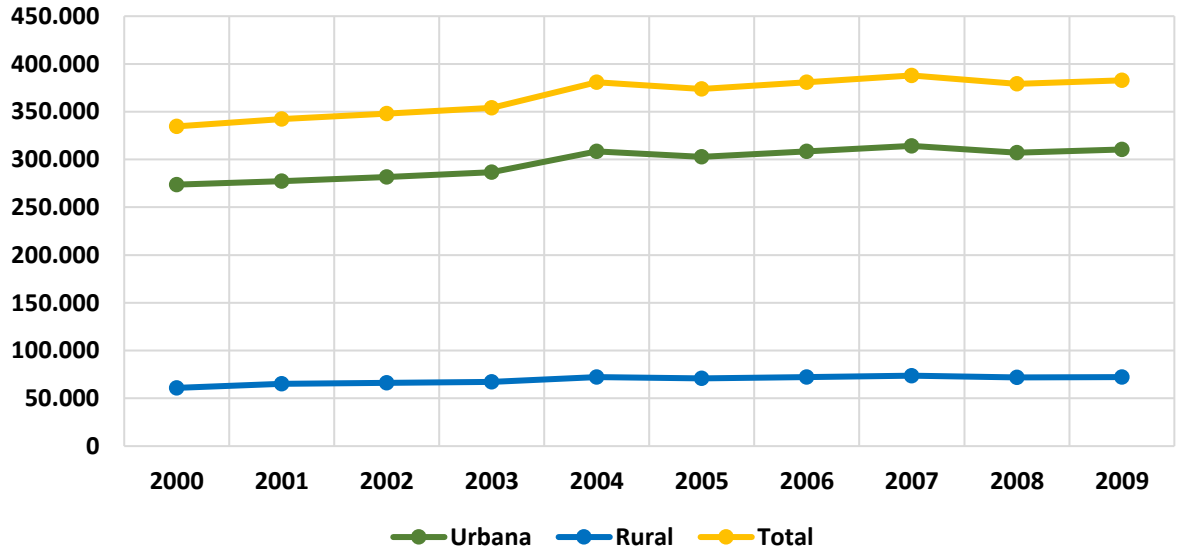
Não houve, nos anos 2000, transformação na urbanização capaz de modificar as taxas, que permaneceram constantes, conforme exposto na tabela 13.

Tabela 13-População total por zona de localização
Porto Velho-2000/2009

Ano	Urbana	Rural	Total	Taxa de urbanização (%)
2000	273.709	60.952	334.661	81,79
2001	277.234	65.030	342.264	81
2002	281.754	66.090	347.844	81
2003	286.708	67.253	353.961	81
2004	308.516	72.368	380.884	81
2005	302.873	71.044	373.917	81
2006	308.590	72.384	380.974	81
2007	314.251	73.713	387.964	81
2008	307.140	72.045	379.185	81
2009	310.574	72.255	382.829	81,13

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS
Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptro.def. Acesso em: 12 nov. 2020.

Gráfico 10-População total, urbana e rural
Porto Velho-2000/2009



Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

Após assumir a prefeitura em 1998, substituindo Chiquilito Erse, Carlinhos Camurça foi eleito em 1999, assumindo em 2000. Os dois mandatos posteriores foram cumpridos pelo prefeito Roberto Sobrinho.

Quadro 8-Prefeitos de Porto Velho
2000/2012

Período	Prefeito
2000-2004	Carlos Camurça
2005-2008	Roberto Sobrinho
2009-2012	Roberto Sobrinho

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Velho.
Disponível em https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/21740/prefeitos-de-porto-velho. Acesso em 23 set. 2020.

A tabela 14 traz a quantidade de funcionários da prefeitura nos anos 2000. Observa-se que houve um incremento de 26,89% no período compreendido entre 2000 e 2009.

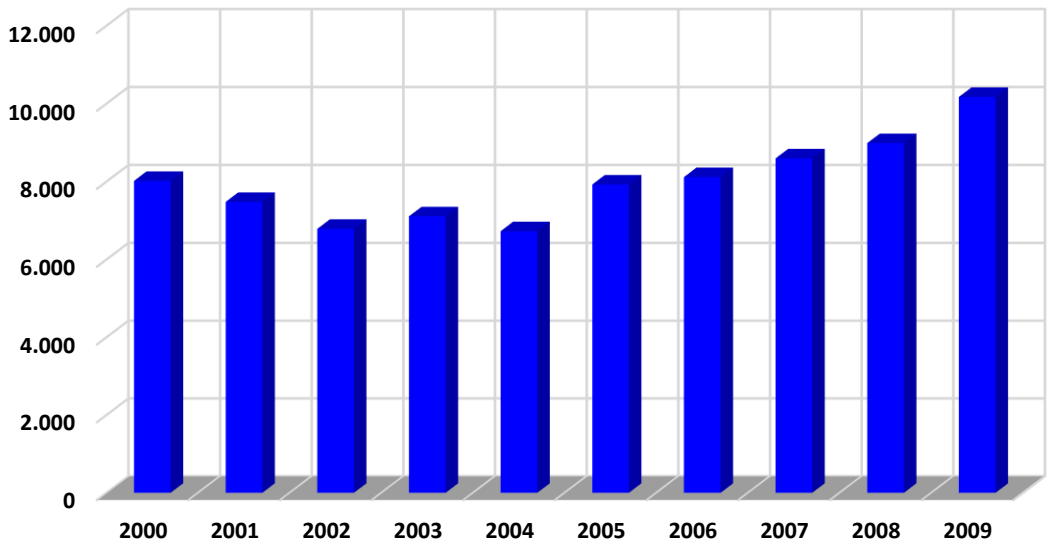
Tabela 14-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho
2000/2009

Ano	Funcionários na Prefeitura de Porto Velho	Variação % (Δ%)
2000	8.017	-
2001	7.478	-6,72
2002	6.788	-9,23
2003	7.109	4,73
2004	6.727	-5,37
2005	7.925	17,81
2006	8.116	2,41
2007	8.595	5,90
2008	8.988	4,57
2009	10.173	13,18

Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020.

O gráfico 11, a seguir, permite melhor compreensão da tabela 14.

Gráfico 11-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho
2000/2009



Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

As figuras 09 e 10, a seguir, se constituem em cartas imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho, onde é possível observar os seguintes bairros: Olaria, Areal, Militar, Nacional, Cidade Jardim, Ulisses Guimarães, Lagoinha, Flodoaldo Pontes Pinto, Liberdade, Km-1, Juscelino Kubitschek, Rio Madeira, Roque, Cuniã, São Cristóvão, Lagoa, Socialista, Planalto, Marcos Freire, Caiari, Cascalheira, Área Militar e Aeroporto, Agenor Martins de Carvalho, São João Bosco, Nossa Senhora das Graças, Igarapé, Tupi, Jardim Santana, Embratel, Aponiã, Tancredo Neves, Ronaldo Aragão, Escola de Polícia, São Sebastião, Tucumanzal, Três Marias, Mariana, Costa e Silva, Nova Porto Velho, Tiradentes, Pedrinhas, São Francisco, Mato Grosso, Maringá, Pantanal, Esperança da Comunidade, Teixeirão, Triângulo, Arigolândia, Panair, Centro, Baixa União, Cidade Nova, Floresta, Eletronorte, Cohab, Areia Branca, Novo Horizonte, Nova Floresta, Cidade do Lobo, Aeroclube, Conceição, Castanheira, Caladinho, Eldorado, Mocambo, Nova Esperança, Santa Bárbara e Industrial, os mesmos apresentados na mancha urbana der 1995.

Notas:
a-A Lei Nº 1.404/2000 altera o bairro Flodoaldo Pontes Pinto e cria o bairro Pantanal que foi desmembramento dos bairros Teixeirão e Escola de Polícia.
b-A Lei Nº 1.408/2000 cria o bairro Esperança da Comunidade desmembrado dos bairros Teixeirão, Igarapé, Cuniã e Escola de Polícia.
c-A Lei Nº 1.707/2006 cria o bairro Maringá que surgiu do desmembramento do bairro Teixeirão.
d-Os bairros Área Militar e Aeroporto, Cidade Jardim e Nova Esperança, não possuem leis de criação.

Figura 9-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-2000

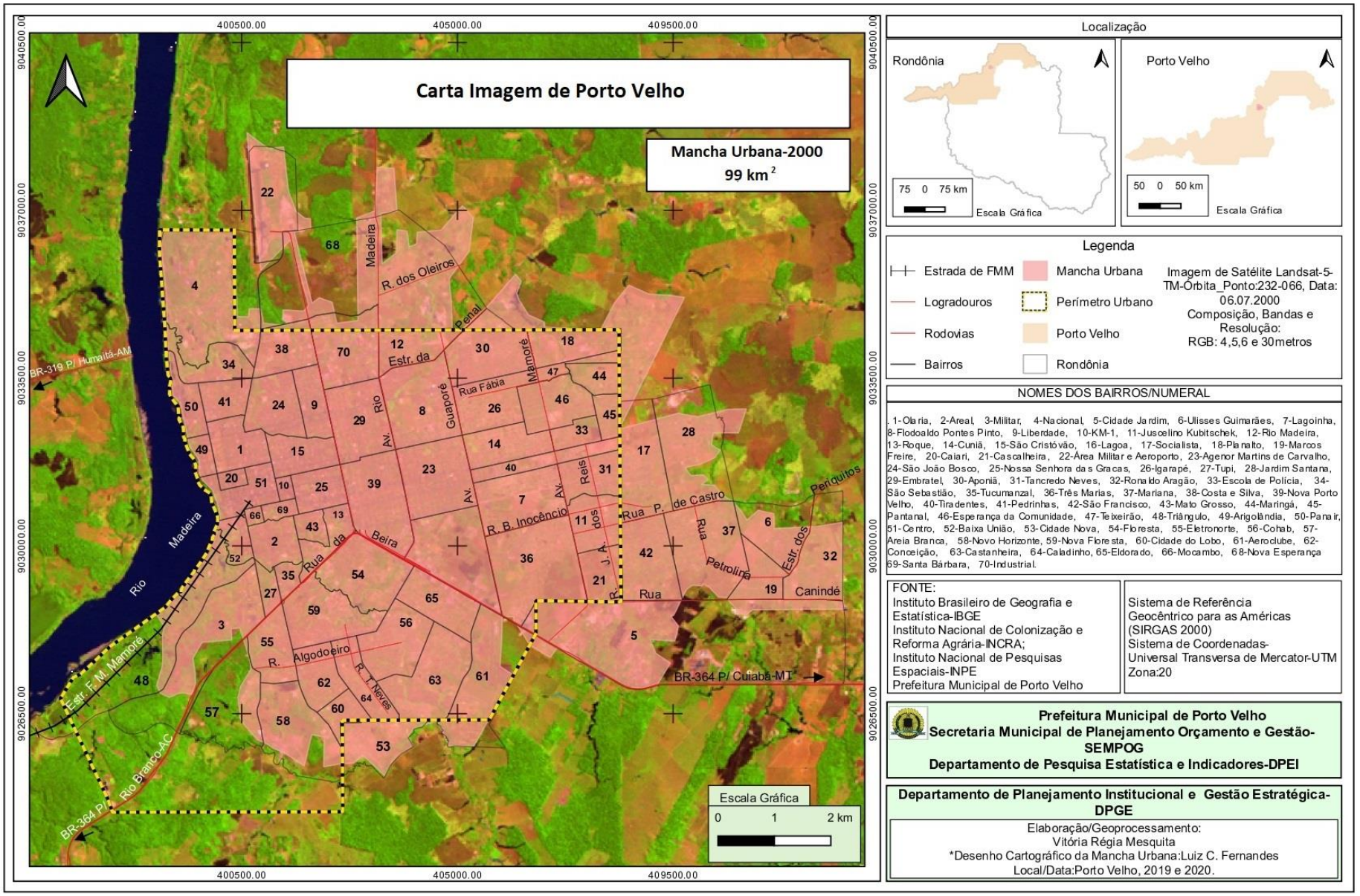
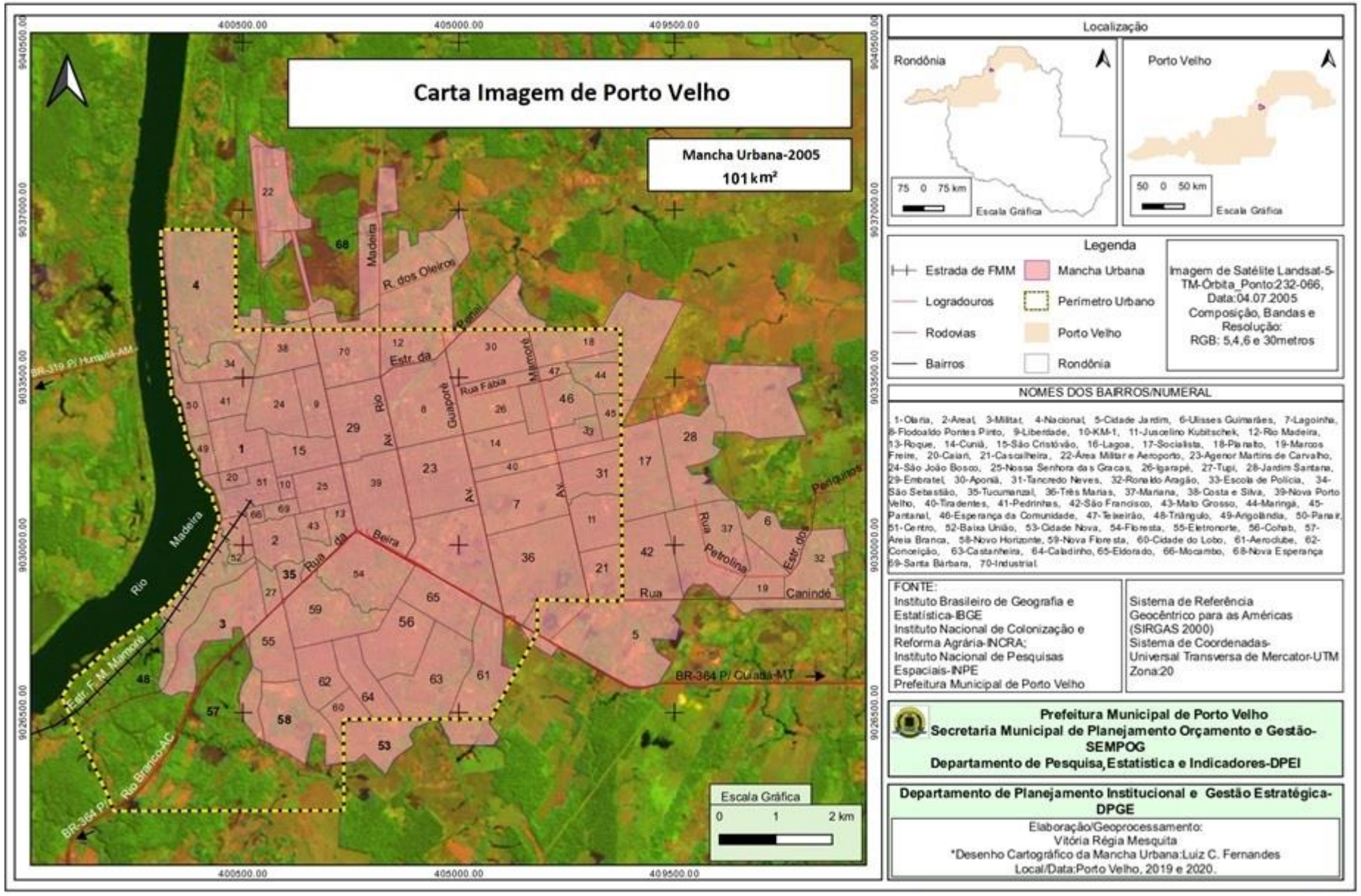


Figura 10-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-2005



A seguir, no quadro 9, tem-se fatos/acontecimentos considerados importantes ou que de alguma forma contribuíram para que houvesse modificações na mancha urbana na década.

Quadro 9-Fatos/Acontecimentos
2000/2009

Ano	Fatos
2005	As Avenidas dos Imigrantes e Gov. Jorge Teixeira, passam a ser parte do trecho urbano da BR-319. O Ministério dos Transportes, dentro do Plano Nacional de Viação (PNV), incorporou à BR-319 o trecho urbano a partir do Trevo do Roque (Avenida Jorge Teixeira) até a rotatória da Avenida dos Imigrantes.
2007	Criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do País, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase.
2008	Início da construção da usina hidrelétrica Santo Antônio localizada no Rio Madeira, na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia. Possui 50 turbinas do tipo bulbo para geração de energia elétrica com potência de cerca de 71,6 megawatts (MW) cada uma, totalizando 3.568,3 MW de potência instalada e 2.424 MW de energia assegurada. É a quarta maior hidrelétrica em operação no Brasil e uma das maiores do mundo. Suas obras iniciaram em 2008 e a usina foi inaugurada em 2012.
2009	Início da construção da usina hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, a 120 km de Porto Velho, em Rondônia. Tem um reservatório com uma área de 361,6 km² quando está com seu volume máximo. Com capacidade instalada de 3.750 MW (sendo 2.184 MW assegurados) e faz parte do Complexo do Rio Madeira. Suas obras iniciaram em 2009 e foi inaugurada em 2016.

Fonte: Obras Consultadas (pág. 61)

Na tabela 15 tem-se a receita da Prefeitura Municipal de Porto Velho, em valores correntes, onde é possível observar crescimento significativo embora apresente uma queda importante quando se compara 2004 com 2003. No entanto, esse fato não é preocupante uma vez que 2003 comparado com 2002 apresenta crescimento atípico.

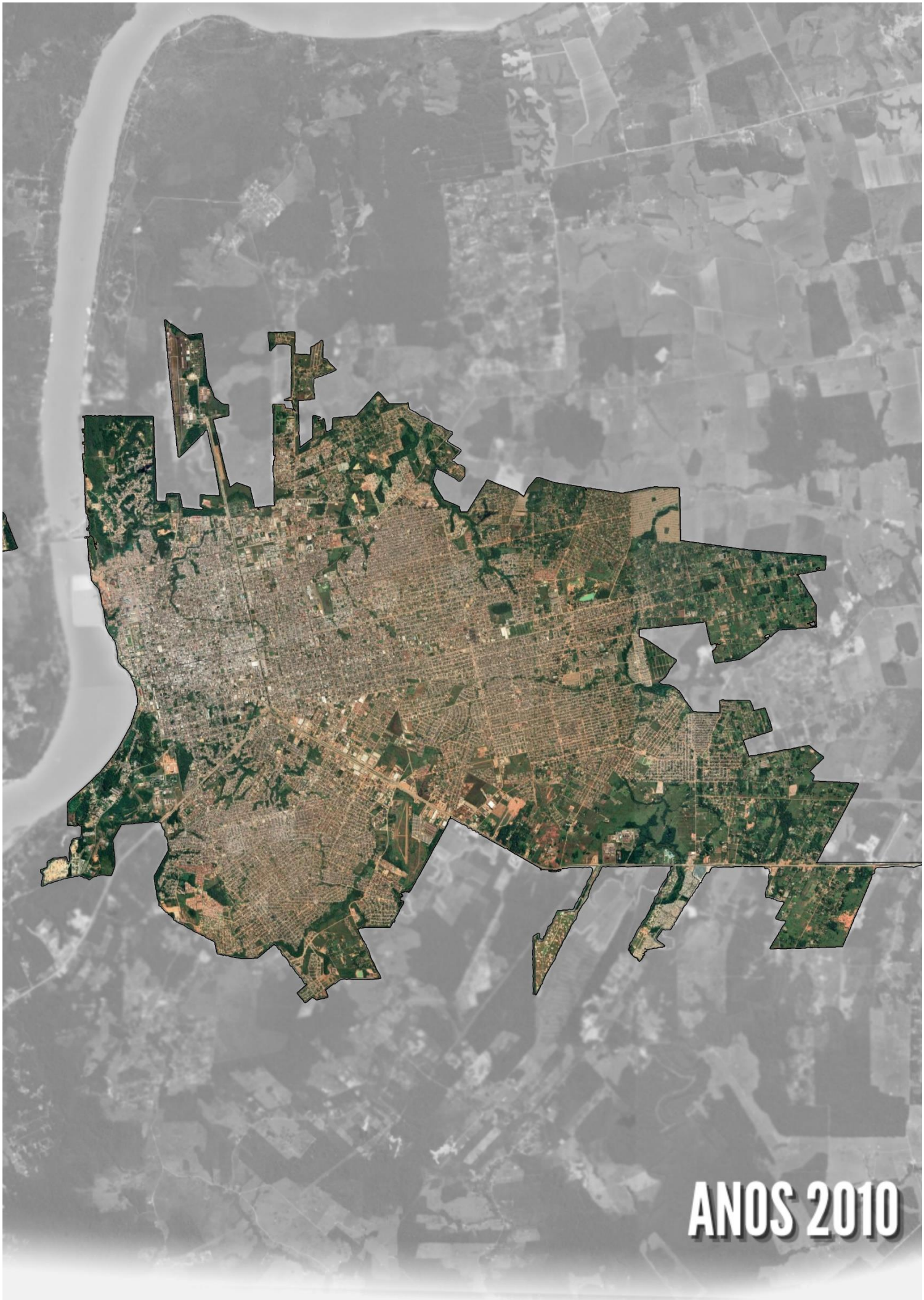
Tabela 15-Receita da Prefeitura
Porto Velho-2000/2009

(R$ 1,00)

Ano	Receita	Variação % (Δ%)
2000	107.516.973	-
2001	119.809.927	11,43
2002	132.725.441	10,78
2003	199.919.850	50,63
2004	243.515.765	21,81
2005	258.923.299	6,33
2006	301.335.807	16,38
2007	352.042.673	16,83
2008	469.180.526	33,27
2009	660.982.618	40,88

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda-SEMFAZ-2020. Prefeitura Municipal de Porto Velho
Disponível em: https://consultapublica.portovelho.ro.gov.br/consultapublica/balancos.. Acesso em: jan. 2020

Notas: a-As receitas dos anos de 2000 até 2004 foram fornecidas pela SEMFAZ.
b-As receitas dos anos de 2005 até 2009 estão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Porto Velho.


ANOS 2010

ANOS 2010

Os anos de 2010 foram marcados pela entrada em funcionamento das duas hidrelétricas localizadas no Município de Porto Velho: Hidrelétrica de Santo Antônio em 2012 e Hidrelétrica Jirau em 2016.

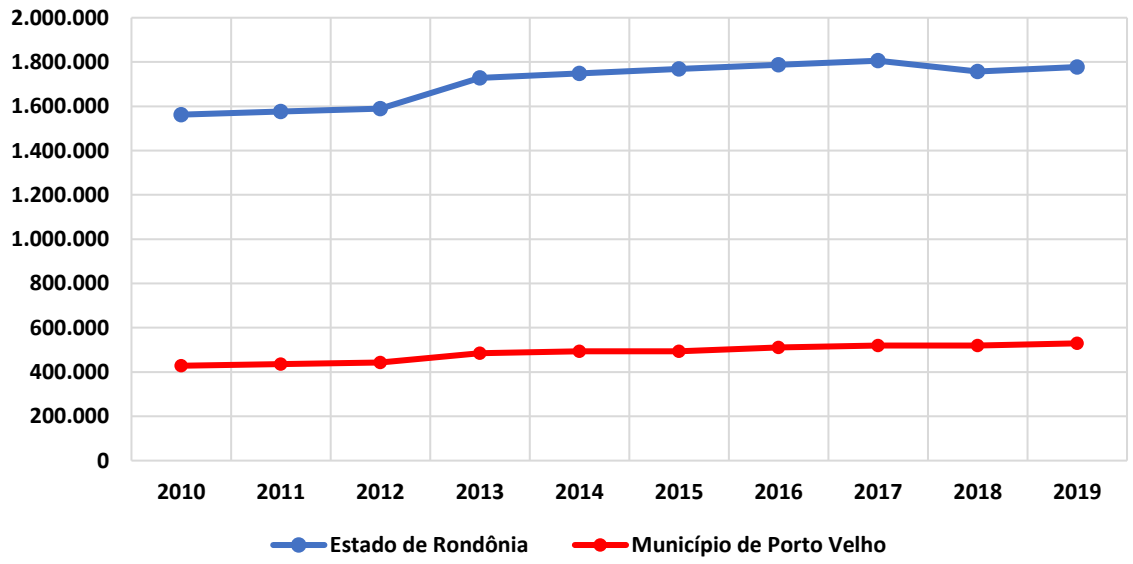
Como já dito, as obras das hidrelétricas influenciaram a apresentação de taxa de crescimento populacional sempre superiores às taxas do Estado, sendo mais significativo no ano de 2013 quando comparado com 2012 (9,55% a.a.).

Tabela 16-População do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho 2010/2019

Ano	Discriminação		Taxa de crescimento (% a.a.)	
	Estado de Rondônia	Município de Porto Velho	Rondônia	Porto Velho
2010	1.562.409	428.527	-	-
2011	1.576.455	435.732	0,90	1,68
2012	1.590.011	442.701	0,86	1,60
2013	1.728.214	484.992	8,69	9,55
2014	1.748.531	494.013	1,18	1,86
2015	1.768.204	494.013	1,13	-
2016	1.787.279	511.219	1,08	3,48
2017	1.805.788	519.436	1,04	1,61
2018	1.757.589	519.531	-2,67	0,02
2019	1.777.225	529.544	1,12	1,93

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS
Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptro.def. Acesso em: 12 nov. 2020.
Nota a: Em 2015 a população estimada de Porto Velho foi de 502.748 habitantes, mas o resultado foi suspenso por medida judicial. A recomendação é que seja usada a população estimada para o ano de 2014.

Gráfico 12-População do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho- 2010/2019



Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

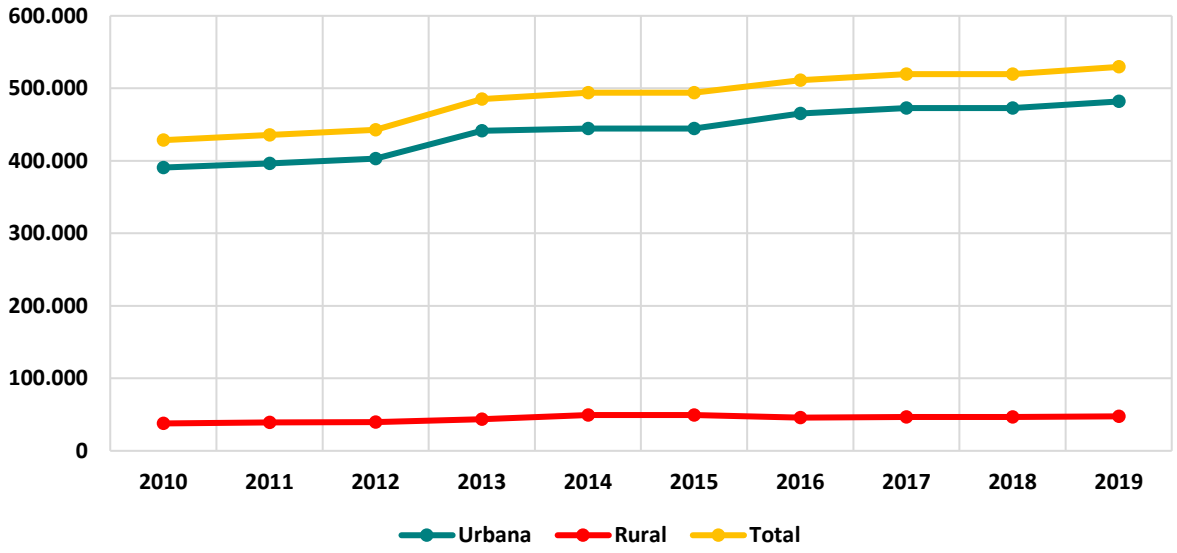
O censo demográfico (IBGE, 2010) mostrou que a taxa de urbanização sofreu acréscimo significativo, passando de 81,13% em 2009 para 91,18% em 2010 (Tabela 17).

Tabela 17-População total por zona de localização
Porto Velho-2010/2019

Ano	Urbana	Rural	Total	Taxa de urbanização (%)
2010	390.733	37.794	428.527	91,18
2011	396.516	39.216	435.732	91
2012	402.858	39.843	442.701	91
2013	441.343	43.649	484.992	91
2014	444.612	49.401	494.013	90
2015	444.612	49.401	494.013	90
2016	465.209	46.010	511.219	91
2017	472.686	46.750	519.436	91
2018	472.772	46.759	519.531	91
2019	481.883	47.661	529.544	91

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS
Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptro.def. Acesso em: 12 nov. 2020.
Nota a: Em 2015 a população estimada de Porto Velho foi 502.748 habitantes, mas o resultado foi suspenso por medida judicial. A recomendação é que seja usada a população estimada para o ano de 2014.
b-A população de 2010 é do Censo 2010 do IBGE, a População total dos outros anos são do IBGE e extraídos do DATASUS, porém a população por zona é uma projeção da SEMPOG, baseado na população total e no percentual de crescimento urbano.

Gráfico 13-População total, urbana e rural
Porto Velho-2010/2019



Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde-DATASUS
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

No período Porto Velho teve três gestores: Roberto Sobrinho, Mauro Nazif e Hildon Chaves (Quadro 10).

Quadro 10-Prefeitos de Porto Velho
2009/Atual

Período	Prefeito
2009-2012	Roberto Sobrinho
2013-2016	Mauro Nazif
2017-ATUAL	Hildon Chaves

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Velho.
Disponível em https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/21740/prefeitos-de-porto-velho. Acesso em 23 set. 2020.

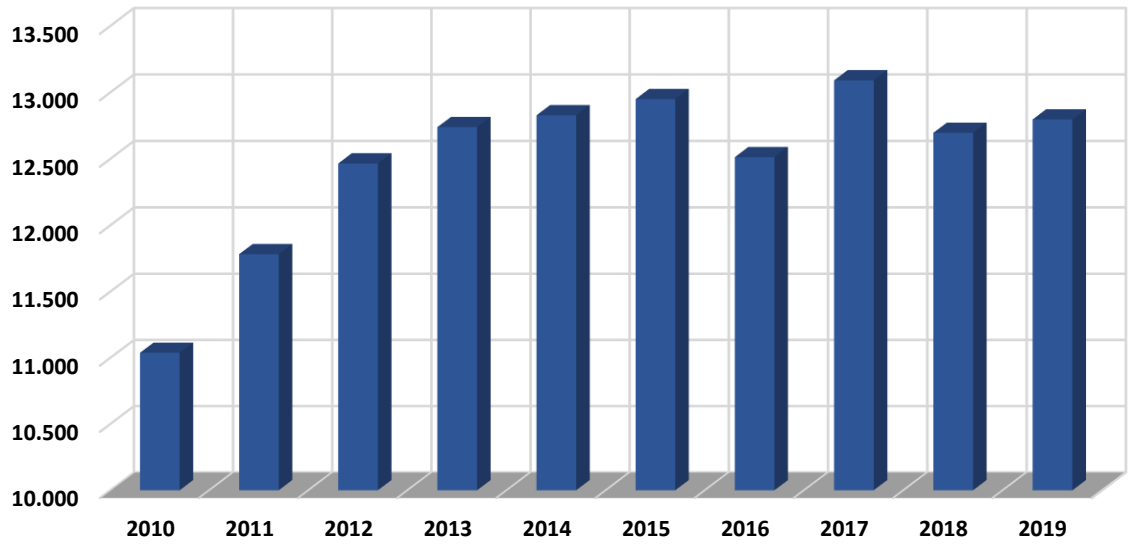
Quanto a quantidade de funcionários, tem-se um aumento de 15,93% quando se compara o ano de 2019 com o ano de 2010 (Tabela 18). Se compararmos esse crescimento com a receita do Município tem-se que a adição de funcionários é condizente com o crescimento da receita (108,23%) municipal, conforme pode ser observado na tabela 19, lembrando que os valores apresentados são valores correntes.

Tabela 18-Quantidade de Funcionários na Prefeitura de Porto Velho
2010/2019

Ano	Funcionários na Prefeitura de Porto Velho	Variação % (Δ%)
2010	11.038	-
2011	11.783	6,75
2012	12.466	5,80
2013	12.739	2,19
2014	12.828	0,70
2015	12.950	0,95
2016	12.513	-3,37
2017	13.091	4,62
2018	12.696	-3,02
2019	12.797	0,80

Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020

Gráfico 14-Quantidade de funcionários na Prefeitura de Porto Velho
2010/2019



Fonte: Secretaria Municipal de Administração-SEMAD-2020.
Elaborado por: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão/Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores-2020.

A seguir tem-se cartas imagem da mancha urbana de Porto Velho, referentes aos anos de 2010, 2015 e 2019 nas quais podem ser observados a expansão da mancha e o crescimento dos bairros, mas não a quantidade de bairros, durante esses anos o único bairro criado por Lei foi o Bairro Novo, os bairros existentes permaneceram inalterados.

No presente Porto Velho tem 70 bairros, sendo eles: Olaria, Areal, Militar, Nacional, Cidade Jardim, Ulisses Guimarães, Lagoinha, Flodoaldo Pontes Pinto, Liberdade, Km-1, Juscelino Kubitschek, Rio Madeira, Roque, Cuniã, São Cristóvão, Lagoa, Socialista, Planalto, Marcos Freire, Caiari, Cascalheira, Área Militar e Aeroporto, Agenor Martins de Carvalho, São João Bosco, Nossa Senhora das Graças, Igarapé, Tupi, Jardim Santana, Embratel, Aponiã, Tancredo Neves, Ronaldo Aragão, Escola de Polícia, São Sebastião, Tucumanzal, Três Marias, Mariana, Costa e Silva, Nova Porto Velho,
Tiradentes, Pedrinhas, São Francisco, Mato Grosso, Maringá, Pantanal, Esperança da Comunidade, Teixeirão, Triângulo, Arigolândia, Panair, Centro, Baixa União, Cidade Nova, Floresta, Eletronorte, Cohab, Areia Branca, Novo Horizonte, Nova Floresta, Cidade do Lobo, Aeroclube, Conceição, Castanheira, Caladinho, Eldorado, Mocambo, Nova Esperança, Santa Bárbara, Bairro Novo e Industrial.

Continuam sem lei de criação os bairros: Área Militar e Aeroporto, Cidade Jardim e Nova Esperança.

Nota:
a-A Lei Nº 2.244/15 cria o Bairro Novo.

Figura 11-Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho-2010

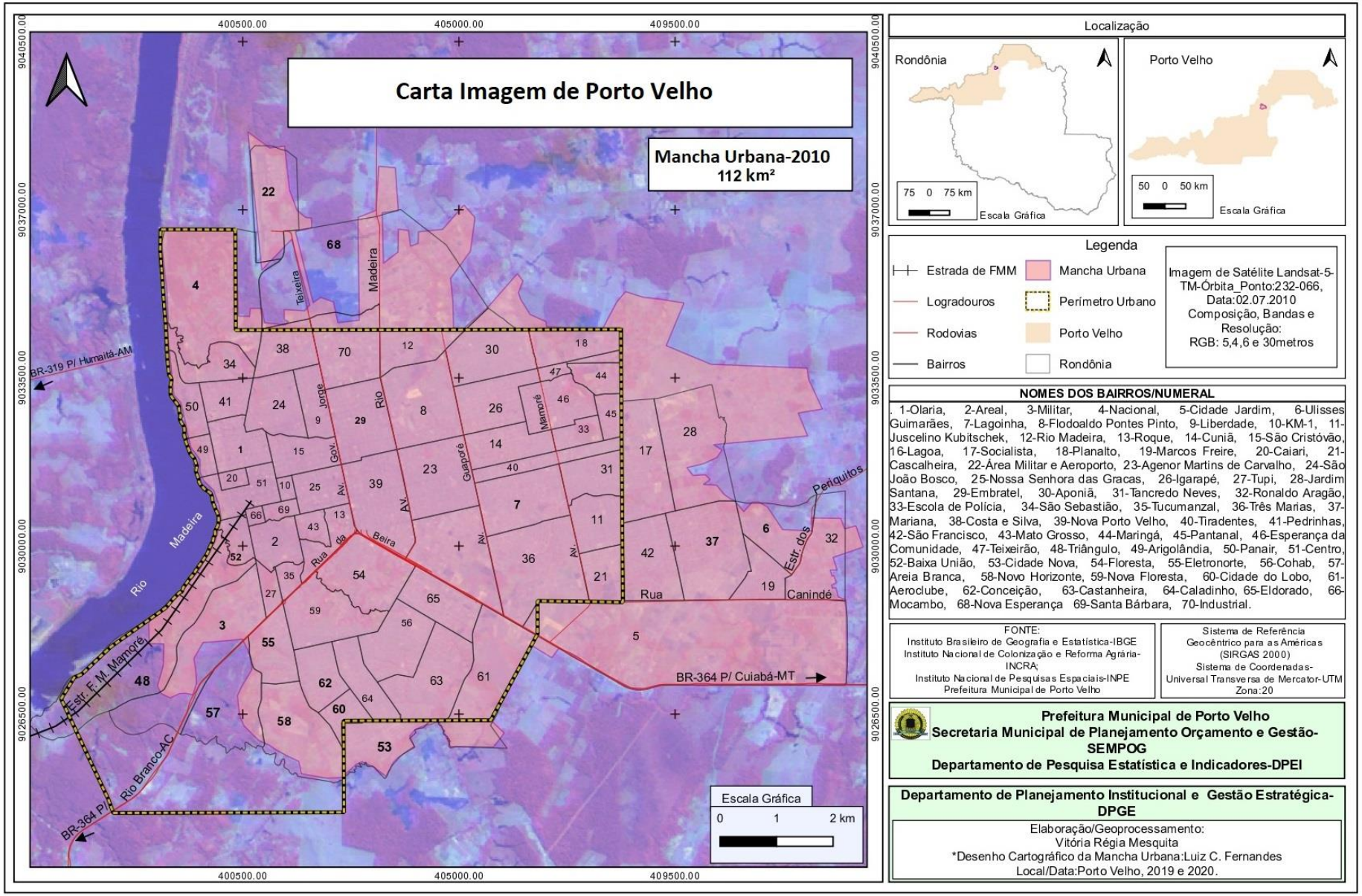


Figura 12- Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho -2015

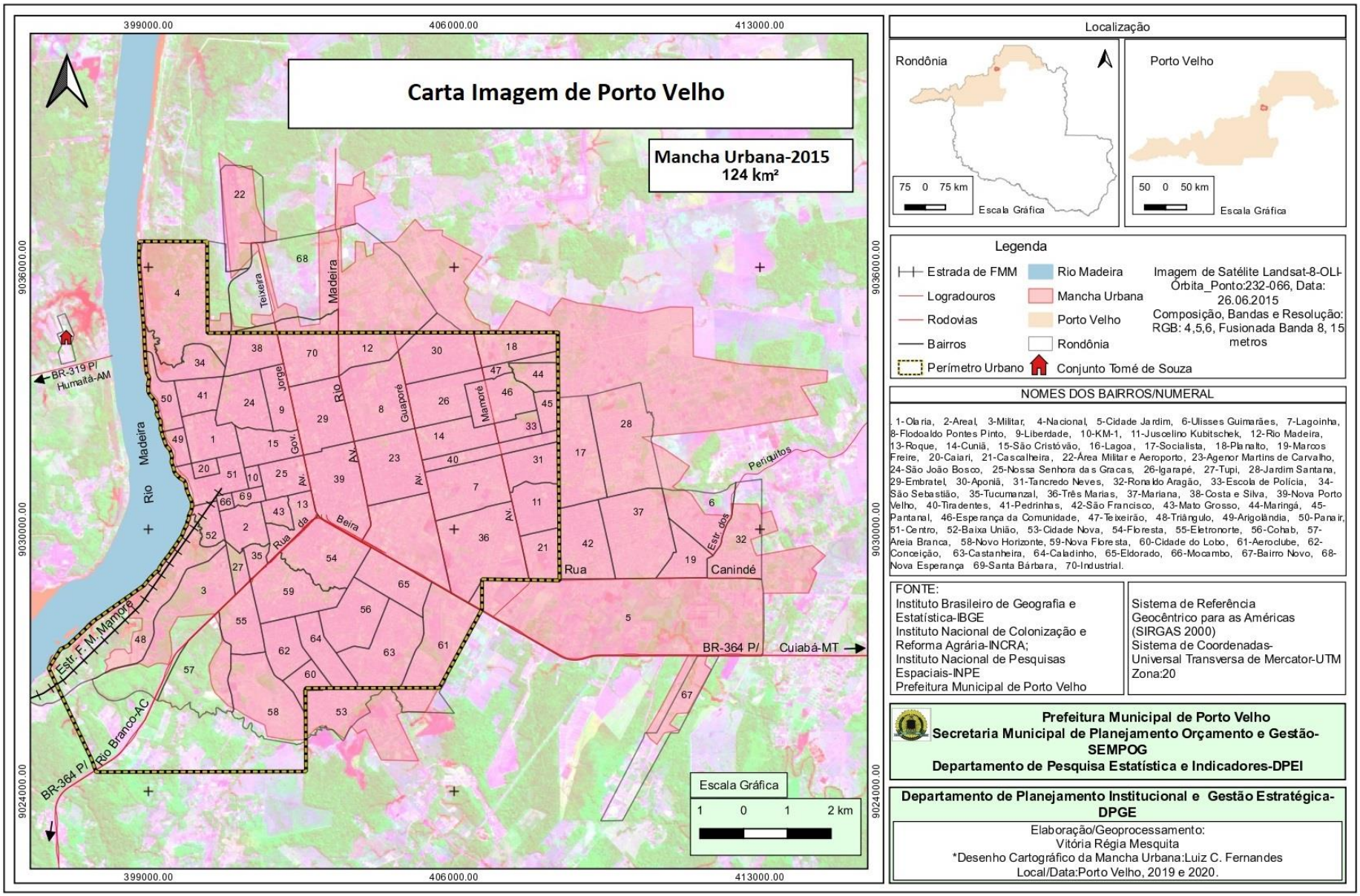
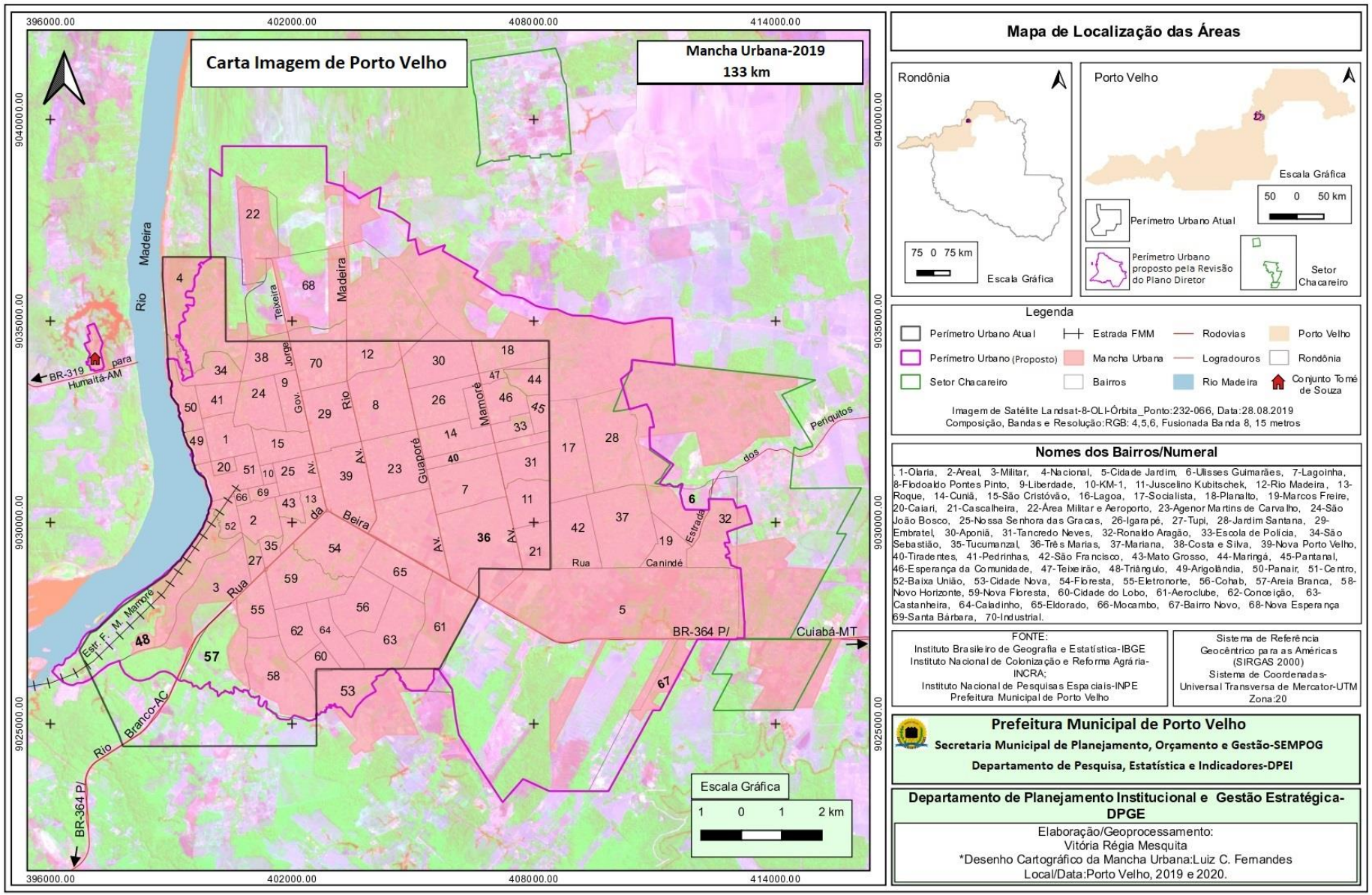


Figura 13- Carta imagem da mancha urbana do Município de Porto Velho -2019



A seguir, no quadro 11, tem-se os fatos/acontecimentos que direta ou indiretamente contribuíram para uma nova configuração da malha urbana em estudo.

Quadro 11-Fatos/Acontecimentos
2010/2019

Ano	Fatos
2010	Início da construção da Ponte Rondon-Roosevelt com término/inauguração em 2014.
	Construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira: Jirau e Santo Antônio.
2011	Constituição da Base Cadastral Georreferenciada executada pela Empresa Cyro Laurens.
	Extensão da Malha Viária no sentido da zona leste com abertura da Av. Sete de Setembro e da Av. Pinheiro Machado a partir da Av. Gov. Jorge Teixeira até a Av. Guaporé.
	Plano para Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia, no qual o Município de Porto Velho juntamente com os municípios de Itapuã do Oeste e Candeias do Jamari formam a região de planejamento I.
	Segunda fase do PAC.
2014	Aprovação do novo Código de Obras, Lei Complementar Nº 560 de 26 de dezembro de 2014.
	Ocorrência de enchente do Rio Madeira.
2017	Inauguração do Hospital de Amor da Amazônia, filiado ao Hospital de Câncer de Barretos. A construção em Rondônia tem a justificativa de que aproximadamente 14 mil pacientes do Estado eram encaminhados para tratamento na unidade barretense. O maior propósito dessa unidade é reduzir a distância, trazendo para Rondônia o mesmo atendimento de qualidade e dignidade oferecido pela instituição em São Paulo.

Fonte: Obras Consultadas (pág. 61)

O crescimento da receita municipal, nos anos 2010 a 2019, conforme pode ser observado na tabela 19, foi de 108,23%, lembrando que os valores apresentados são valores correntes.

Tabela 19-Receita da Prefeitura
Porto Velho-2010/2019

(R$ 1,00)

Ano	Receita	Variação % (Δ%)
2010	731.846.789	-
2011	879.606.260	20,19
2012	977.321.843	11,11
2013	992.554.341	1,56
2014	1.092.851.618	10,10
2015	1.163.297.044	6,45
2016	1.264.844.882	8,73
2017	1.297.647.036	2,59
2018	1.425.393.029	9,84
2019	1.524.130.991	6,93

Fonte: Secretaria Municipal de Fazenda-SEMFAZ-2020. Prefeitura Municipal de Porto Velho
Disponível em: https://consultapublica.portovelho.ro.gov.br/consultapublica/balancos. Acesso em: maio 2022

Notas: a-As receitas dos anos de 2000 até 2004 foram fornecidas pela SEMFAZ.
b-As receitas dos anos de 2005 até 2009 estão disponíveis no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Porto Velho.

OBRAS CONSULTADAS

AMORIM FILHO, Oswaldo. SERRA, Rodrigo V. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: Cidades Médias Brasileiras**. Thompson Almeida Andrade e Rodrigo Valente Serra (organizadores) Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5397. Acesso em: jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa**. 5º BEC e RONDÔNIA: A História de uma Relação Lendária. Disponível em:** https://www.montedo.com.br/2011/07/30/5-bec-e-rondonia-historia-de-uma/ Acesso em: jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Sobre o PAC**. Disponível em: http://pac.gov.br/sobre-o-pac. Acesso em: jan. 2020.

CUNHA, Eliaquim Timotéo da. MOSER, Lilian Maria. **OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO EM RONDÔNIA**. Revista Labirinto. Ano X, nº 4 dezembro de 2010. Disponível em: https://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/938/922 Acesso em: jan. 2020.

DAL MORO, Nataniél. **Formas de conceber a terra no oeste do Brasil**. Disponível em https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/30525/16656 Visitado em 26/11/2020 Acesso em nov. 2020.

DAL MORO, Nataniél**. O poder legalizado no processo de formação das fronteiras econômica e demográfica no sul do estado de Mato Grosso (Décadas de 1960-70)** Revista História em Reflexão: Vol. 3 n. 6-UFGD-Dourados jul/dez 2009

ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL. **A Usina-Características**. Disponível em: https://www.esbr.com.br/a-usina#caracteristicas. Acesso em fev. 2020.

FONSECA, Diogo Henrique Costa. **A cidade sem terras: configuração e expansão da estrutura fundiária de Porto Velho, sob a ótica da urbanização informal e espontânea.** 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano-Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

FORONI, Paola Conceição. **Jorge Teixeira de Oliveira, primeiro governador de Rondônia, entre a modernidade e a cordialidade.** XXVII Simpósio Nacional de História. Natal. 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364929577_ARQUIVO_PaolaForoni.pdf Acesso jan. 2020.

FRANCA, Rafael Rodrigues da. MENDONÇA, Francisco de Assis. **A cheia histórica do Rio Madeira no ano de 2014: riscos e impactos à saúde em Porto Velho (RO)**. Hygeia-Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Hygeia 11 (21): 62-79, Dez/2015. Disponível em: 30374-Texto do artigo-133307-1-10-20160114.pdf. Acesso em: jan. 2020.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo E. YAMASHITA, Miyuki. MARTINES, Elizabeth A. L. de M. **Saberes Regionais Amazônicos: do Garimpo de Ouro no Rio Madeira (RO) às Possibilidades de Inter-relação em Aulas de Química/Ciências.** Química Nova na Escola. São Paulo: Vol. 35 N° 4, p. 228-236, nov. 2013. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc35_4/03-EA-49-12.pdf. Acesso em: jan. 2020.

IBAM. **Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho/RO. Fase 2-Análise Temática Integrada Produto 2-Diagnóstico Preliminar. 2018**. Disponível em: https://sempog.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/2018/07/27714/1532967613diagnostico-preliminar.pdf Acesso em set. 2020.

IBGE. **Anuário estatístico 1944, 1959 e 1970** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes. Acesso em: dez. 2019.

IBGE. Estimativas de população. http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/poptbr.def. Acesso em: dez. 2019.

IBGE. População: **Estimativas para o TCU entre 1992 e 2019**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads . Acesso em: set. 2019.

JORNAL DIÁRIO DA AMAZÔNIA. Carlos Sperança. **Nos tempos do garimpo**. Disponível em: https://www.diariodaamazonia.com.br/nos-tempos-do-garimpo/. Acesso em: jan. 2020.

LEITE, Aleandro G. **Porto Velho na década de 1980: fragmentos e projeções culturais**. Revista Outras Fronteiras. Cuiabá-MT, vol. 5, n. 1, jan./jul., 2018.

PINTO, Lúcio Flávio. Internacionalizar para não internacionalizar. Disponível em: **https://amazoniareal.com.br/internacionalizar-para-nao-internacionalizar**. Acesso em: fev. 2020.

PORTO VELHO. Câmara Municipal de Porto Velho. **Decreto nº 84.712, de 16 de maio de 1980.** Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA a doar o imóvel que menciona. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84712-16-maio-1980-434322-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: jan. 2020.

PORTO VELHO. Câmara Municipal de Porto Velho. LEI Nº 63 DE 13/04/1973. ***Estabelece normativas para as edificações em geral e dá outras providências. Disponível em:***
PORTO VELHO. Consulta pública. Demonstrativo de receitas e despesas. https://consultapublica.portovelho.ro.gov.br/consultapublica/drd. Acesso em: dez. 2019.

PORTO VELHO. **Secretaria de Meio Ambiente apresenta o projeto do Parque Natural**. Disponível em: https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/13422/secretaria-de-meio-ambiente-apresenta-o-projeto-do-parque-natural. Acesso em: jan. 2020.

PRONTO SOCORRO JOÃO PAULO-II: 20 ANOS DE HISTÓRIA. Gente de Opinião. Porto Velho, 18 de novembro de 2010. Disponível em: https://www.gentedeopiniao.com.br/politica/pronto-socorro-joao-paulo-ii-20-anos-de-historia. Acesso em: jan. 2020.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA. **Saiba mais-100 anos de Porto Velho.** Disponível em: https://www.santoantonioenergia.com.br/wp-content/uploads/2014/10/cartilha_100anos_ok_visual.pdf. Acesso: jan. 2020.

SANTO ANTONIO ENERGIA. **Usina em números**. Disponível em: https://www.santoantonioenergia.com.br/empresa/usina-em-numeros/. Acesso em fev. 2020.

SOUZA, Reginaldo M. S. MANIESI, Vanderlei. **A estruturação de lugares intraurbanos e a vulnerabilidade social de Porto Velho, Rondônia**. Caminhos de Geografia. v.18 n. 63. p. 30-56. set. 2017.

ANEXO-LEIS

ANEXO-LEIS

LEI Nº 53-A, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1972
Institui o Código de Posturas do Município de Porto Velho e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1972/2553/LEI_ord_n_53_a.pdf

LEI Nº 62, DE 30/03/1973
Estabelece normativas sobre zoneamento, ordena o uso e o desenvolvimento dos terrenos e edifícios e dá outras providências
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1973/4415/LEI_62_30-03-1973.pdf

LEI Nº 63, DE 13/04/1973
Estabelece normativas para as edificações em geral e dá outras providências.
https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=239762#:~:text=1%C2%BA.,2%C2%BA.

LEI Nº 115, DE 24/06/1976.
Define o perímetro urbano da cidade de Porto Velho
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1976/4345/LEI_115_24-06-1976.pdf

LEI Nº. 128, DE 04/01/1977
Revoga a LEI nº 115, de 24 de junho de 1976, define e aprova Área Urbana da Cidade de Porto Velho, Município de Porto Velho, Território Federal de Rondônia.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1977/4332/LEI_128_04-01-1977.pdf

LEI Nº 6.431, DE 11/07/1977 (FEDERAL)
Autoriza a doação de porções de terras devolutas a Municípios incluídos na região da Amazônia Legal, para os fins que especifica, e dá outras providências.
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/LEI/1970-1979/LEI-6431-11-julho-1977-366354-norma-pl.html

DECRETO Nº 80.511, DE 7/10/1977 (DECRETO FEDERAL)
Regulamenta a LEI número 6431, de 11 de julho de 1977, que autoriza a doação de porções de terras devolutas a Municípios incluídos na região da Amazônia Legal, para os fins que especifica, e dá outras providências.
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-80511-7-outubro-1977-429538-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regulamenta%20a%20LEI%20n%C3%BAmero%206431,especifica%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.

LEI Nº 160, DE 06/11/1978
Autoriza o recebimento diante de doação onerosa, através de título de domínio, de porções de terras devolutas da União, na forma e para os fins que se especifica e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1978/4300/LEI_160_06-11-1978.pdf

LEI Nº 182, DE 09/11/1978
Dispõe sobre o Código Tributário e de Rendas do Município de Porto Velho
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1979/4282/LEI_182_09-11-1979.pdf

DECRETO Nº 84.712, DE 16 DE MAIO DE 1980 (FEDERAL)
Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a doar o imóvel que menciona.
https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84712-16-maio-1980-434322-publicacaooriginal-1-pe.html

LEI Nº. 475, DE 09 DE JULHO DE 1985
Estabelece normas para a organização Físico-Territorial da Cidade de Porto Velho e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1985/3897/LEI_475_09-07-1985.pdf. (Revogou parcialmente a LEI 62 de 30 de março de 1973)

LEI Nº. 661, DE 22 DE JUNHO DE 1987
Altera o CAPÍTULO I-DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PROJETO DE EDIFICAÇÕES, da LEI nº. 63, de 13 de abril de 1973 (Código de Obras do Município de Porto Velho), e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1987/3694/LEI_661_22-06-1987.pdf

LEI Nº. 932, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1990
Dispõe sobre o Parcelamento, uso e ocupação do Solo do Município de Porto Velho.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1990/2288/LEI_932_19-12-1990.pdf. (Revogou integralmente a LEI 475 de 9 de julho de 1985)

LEI COMPLEMENTAR Nº 097, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1999
Dispõe sobre o Parcelamento, uso e ocupação do solo do município de Porto Velho. (Plano Diretor)
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/1999/95/LEIcomp097ealteracoes.pdf

LEI COMPLEMENTAR Nº 311, DE 30 DE JUNHO DE 2008.
Dispõe sobre o **Plano Diretor do Município de Porto Velho** e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2008/693/LEI-comp-n-311.pdf

LEI COMPLEMENTAR Nº. 373, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.
Altera dispositivos da **LEI nº. 63, de 13 de abril de 1973** (**Código de Obras do Município de Porto Velho**), e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/640/LEI-comp-n-373.pdf

LEI COMPLEMENTAR Nº 560, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.
Institui o código de obras e edificações do Município de Porto Velho e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/441/LEI-comp-n-560.pdf
(Revoga integralmente a **LEI nº. 63, de 13 de abril de 1973)**

LEI COMPLEMENTAR Nº 598, DE 28 DE JANEIRO DE 2016.
Altera dispositivos da LEI Complementar nº 097, de 29 de dezembro de 1999 e da LEI Complementar nº 560, de 23 de dezembro de 2014 e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2016/307/LEI-comp-n-598.pdf

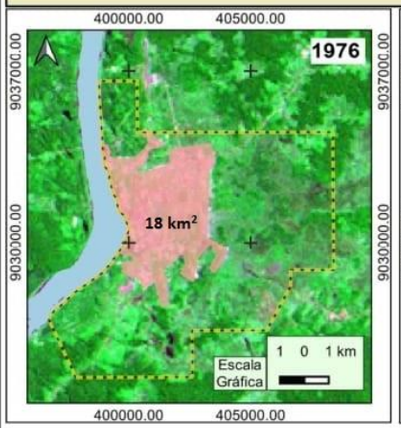
LEI COMPLEMENTAR Nº 747, DE 19/12/2018
Dispõe sobre os procedimentos para a aprovação de projetos arquitetônicos e para a execução de obras e serviços necessários para a minimização de impacto no Sistema Viário decorrente da implantação ou reforma de edificações e da instalação de atividades - Polo Gerador de Tráfego, altera artigos da LEI Complementar nº 97 de 29 de dezembro de 1999 e dá outras providências.
https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=372910

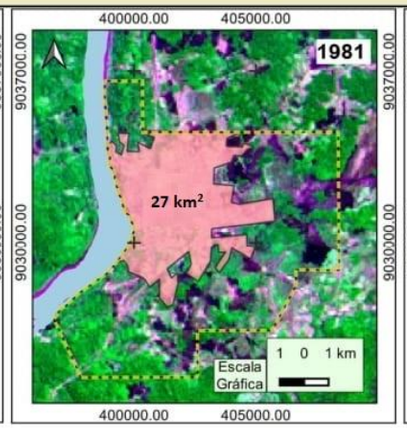
LEI COMPLEMENTAR Nº 750, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.
Dá nova redação, acrescenta e altera dispositivos da LEI nº 53-A, de 27 de dezembro de 1972 – Código de Posturas, LEI Complementar nº 560 de 23 de dezembro de 2014 e LEI Complementar Municipal nº 097, de 29 de Dezembro de 1999 e dá outras providências.
https://sapl.portovelho.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/3005/LEI_comp._no_750_de_19.12.2018_nova_redacao_e_altera_9cwGIb4.pdf

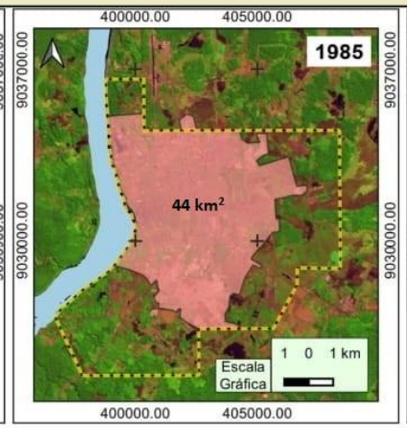
VISÃO GERAL DA MANCHA URBANA DE PORTO VELHO-1976/2019

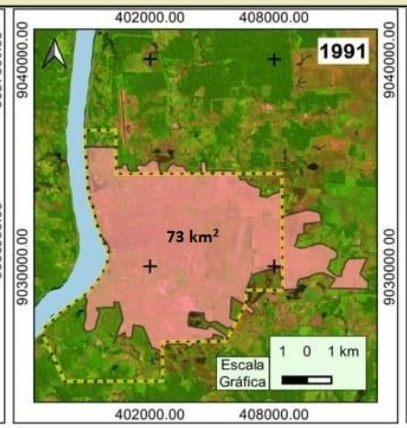
Prefeitura Municipal de Porto Velho
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG

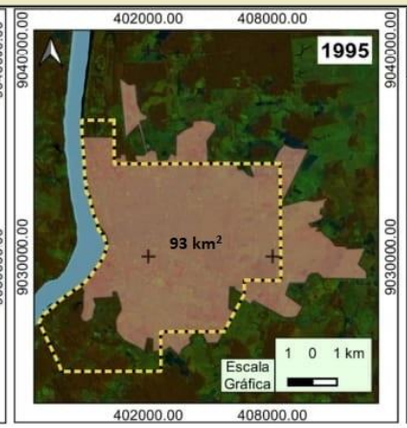
MANCHA URBANA DE PORTO VELHO DE 1976 A 2019

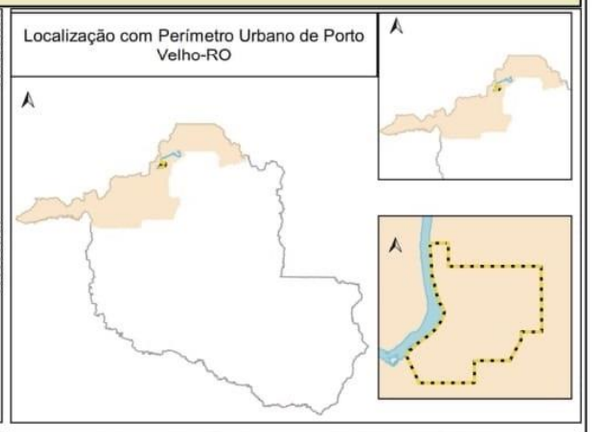


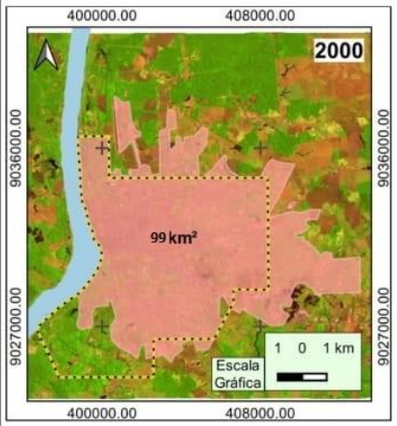


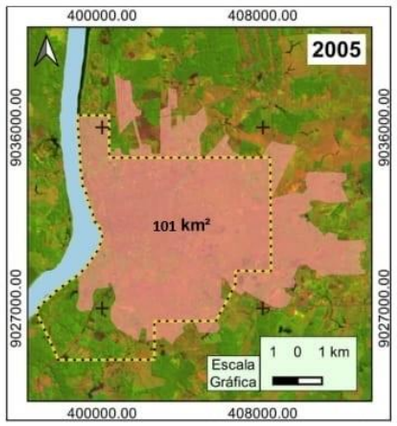


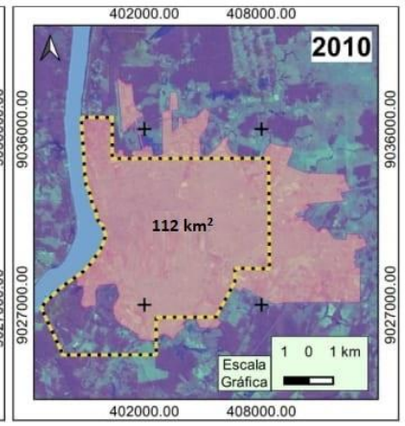


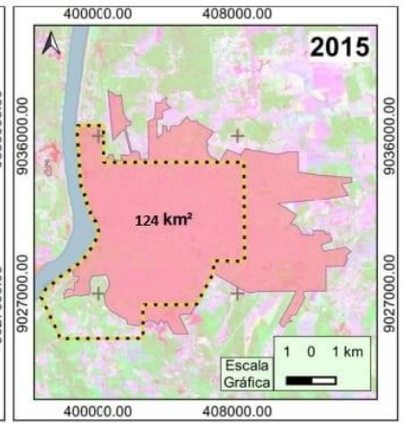


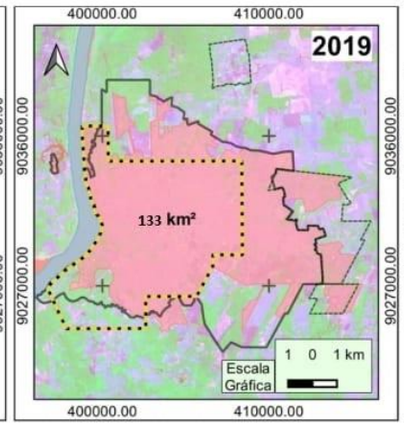










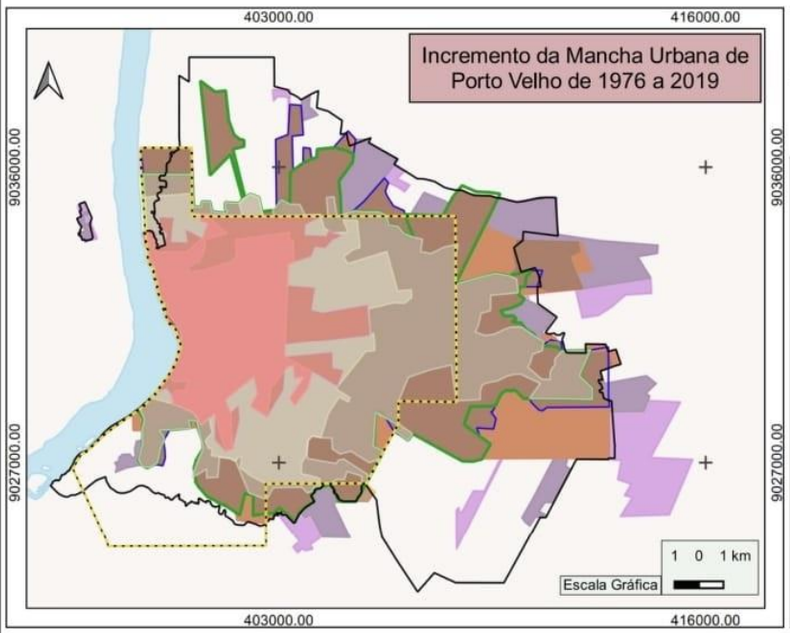


Informações das Imagens de Satélites LANDSAT
Sensor, Órbita_Ponto, Data, Resolução Espacial e Composição de Bandas (RGB e Fusão)

Landsat-1-	MSS,	249_066,	17.05.1976,	80metros, composição:RGB(5,6,4)
Landsat-2-	MSS,	249_066,	11.07.1981,	80metros, composição:RGB(5,6,4)
Landsat-5-	TM,	232_066,	13.07.1985,	30metros, composição:RGB(4,5,6)
Landsat-5-	TM,	232_066,	28.06.1991,	30metros, composição:RGB(4,5,6)
Landsat-5-	TM,	232_066,	25.07.1995,	30metros, composição:RGB(5,4,6)
Landsat-5-	TM,	232_066,	06.07.2000,	30metros, composição:RGB(4,5,6)
Landsat-5-	TM,	232_066,	04.07.2005,	30metros, composição:RGB(5,4,6)
Landsat-5-	TM,	232_066,	02.07.2010,	30metros, composição:RGB(5,4,6)
Landsat-8-	OLI,	232_066,	26.06.2015,	15metros, composição:RGB(4,5,6-fusão Banda 8)
Landsat-8-	OLI,	232_066,	28.08.2019,	15metros, composição:RGB(4,5,6-fusão Banda 8)

Fonte:
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE
Prefeitura Municipal de Porto Velho
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE
Plano Diretor de Porto Velho: Lei Complementar nº 311, de 30 de junho de 2008.

Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000)
Sistema de Coordenadas-Universal Transversa de Mercator-UTM
Zona:20

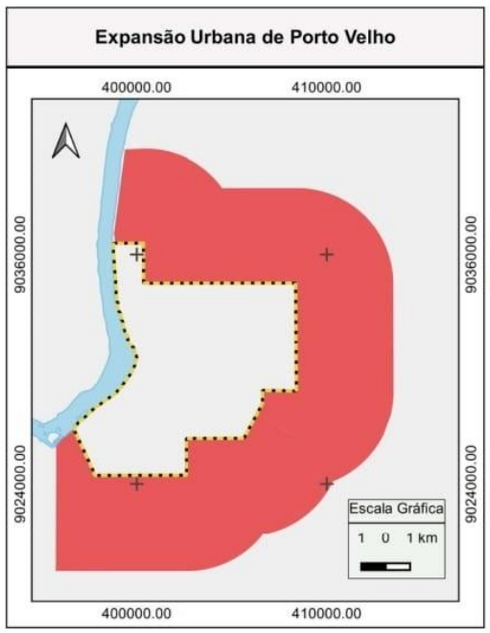


LEGENDA

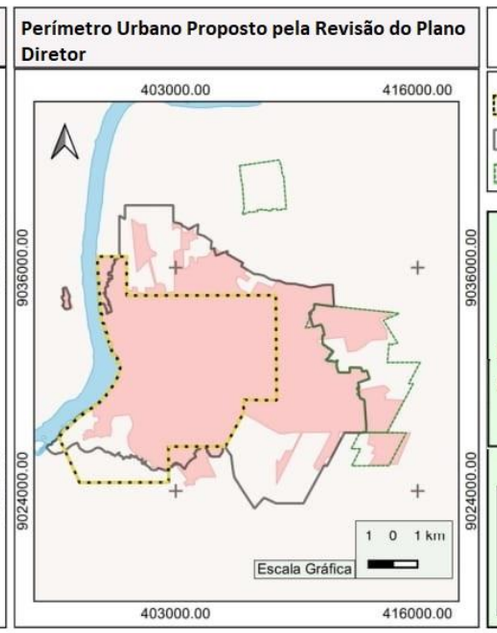
Incremento da Mancha Urbana de Porto Velho de 1976 a 2019

- Perímetro Urbano (vigente)
- Perímetro Urbano(Em revisão-2019)
- Rio Madeira
- Mancha Urbana até 1976
- Mancha Urbana de 1976 até 1981
- Mancha Urbana de 1981 até 1985
- Mancha Urbana de 1985 até 1991
- Mancha Urbana de 1991 até 1995
- Mancha Urbana de 1995 até 2000
- Mancha Urbana de 2000 até 2005
- Mancha Urbana de 2005 até 2010
- Mancha Urbana de 2010 até 2015
- Mancha Urbana de 2015 até 2019

Expansão Urbana de Porto Velho



Perímetro Urbano Proposto pela Revisão do Plano Diretor



LEGENDA

- Perímetro Urbano(vigente)
- Perímetro Urb. proposto pela Revisão do Plano Diretor
- Setor Chacareiro
- Rio Madeira
- Porto Velho
- Rondônia
- Expansão Urbana
- Mancha Urbana

Departamento de Pesquisa, Estatística e Indicadores - DPEI

Departamento de Planejamento Institucional e Gestão Estratégica - DPGE

Elaboração/Geoprocessamento:
Vitória Régia Mesquita
*Desenho Cartográfico da Mancha Urbana:
Luiz Cláudio Fernandes
Local/Data:Porto Velho, 2019 e 2020.

Realização:

Prefeitura Municipal de Porto Velho

www.portovelho.ro.gov.br

sempog.portovelho.ro.gov